

# DRAFT

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Mandato 2013-2017

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

### ATA NÚMERO OITENTA E SETE

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, no *Fórum* Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.

(A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva)

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:

Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires

## DRAFT

Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Vitor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Ana Luísa Flores de Moura Regedor, Miguel Martins Agrochão, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Ana Paula da Silva Viseu, Maria Margarida Matos Mota, Patrícia Caetano Barata e João Diogo Santos Moura.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu.-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrochão.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Luísa Flores de Moura e Regedor. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 28/2015, de 24 de novembro de 2015, foi justificada a falta da Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra (PSD) na 85ª Reunião da AML (55ª. Sessão Extraordinária) realizada em 10 de novembro de 2015;-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Carlos Castro, João Paulo Saraiva, João Afonso, Catarina Vaz Pinto, Jorge Máximo, José Sá Fernandes, Manuel Salgado e Rui Franco (Substitui Paula Marques). -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Barreiras Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

## DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- Uns avisos, para começar. O primeiro é um aviso acompanhado de um pedido de desculpas, pois vão sentir muito frio nesta sala porque o nosso sistema de aquecimento, como sabem, tem tido vários problemas e portanto, eu penso que seja esta a última vez que isto acontece uma vez que, para a semana, segunda-feira, começam as obras, neste auditório, para resolver entre outras questões, a questão do ar condicionado, e portanto, no mês de dezembro e janeiro, em princípio, não teremos reuniões nesta sala mas sim no Auditório dos Serviços Sociais, nas Olaias. Portanto, os Senhores Deputados que provavelmente, estão desatentos, mas durante o mês de dezembro iremos ter reuniões nos dias 15 e 17, nas Olaias, dia 1 e dia 8 não há sessão, e depois em janeiro logo veremos, mas as sessões não serão aqui. Portanto, espero eu, quando regressarmos, no final das obras, tenhamos umas condições mais confortáveis para realizar os nossos trabalhos.-----

----- Em relação ao segundo aspeto que vos queria dizer, é o seguinte:-----

----- Temos hoje no princípio da nossa Ordem de Trabalhos hoje, previsto como sabem e como é da lei, a Informação Escrita do Presidente da Câmara. E foi consensualizado em Conferência de Representantes que esta Informação Escrita só seria discutida no dia 15 de dezembro. Portanto, ela está aqui, já foi distribuída, todos a têm, a mesma está no *site*, mas não é discutida hoje, porque tem uma grelha de discussão de 3 horas e depois não dava tempo de discutir as outras matérias que têm prioridade, neste momento.-----

----- Relativamente às outras matérias, a sessão vai decorrer da seguinte maneira:-----

----- As propostas números 611, 612, 613 e 614, que são as propostas relativas aos impostos e à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, serão discutidas em conjunto.--

----- Depois, a seguir, vem a proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, que é a proposta nº 610/2015. Essa é que tem uma grelha de tempo grande. De qualquer maneira se para o primeiro pacote alguém precisar de tempo, a Mesa providenciará.-----

----- Depois temos os Contratos de Programa com a EGEAC e com a SRU, e a Aquisição de Ações da Valorsul e um compromisso plurianual. E assim, teremos a nossa Ordem de Trabalhos completada se lá chegarmos e, esperemos que sim.-----

----- Posto isto, isto é uma continuação de uma sessão ordinária, pelo que não há a intervenção do público.-----

----- Informaram-me, à porta, que havia uma pessoas que tinham uma questão para colocar, essa questão de habitação está a ser discutida na tentativa de resolver, com o Senhor Vereador Rui Franco que está em substituição da Senhora Vereador Paula Marques, pelo que estamos em condições de entrar na nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Vamos então, conforme disse, iniciar a discussão conjunta das **Propostas números 611/2015, 612/2015, 613/2015 e 614/2015**, e têm todas a ver com política fiscal. Elas foram colocadas antes da discussão do orçamento e plano, uma vez que se não forem aprovadas o orçamento não pode ser aprovado, além de que nós temos a

## DRAFT

obrigação legal de enviar para a Autoridade Tributária, até ao dia 30 de novembro, sem falta, as deliberações da Assembleia nesta matéria, sem ficarem sem qualquer efeito e, portanto, esta é a reunião em que temos de decidir sobre estas matérias, e depois temos tempo para ver as restantes matérias. -----

----- Posto isto, irei dar a palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva para apresentação das propostas.” -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA Nº 611/CM/2015 – FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS, BEM COMO DAS MAJORAÇÕES E REDUÇÕES, ESTABELECIDOS OS MECANISMOS NECESSÁRIOS PARA O RESPETIVO CUMPRIMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO ARTIGO 14º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E A ALÍNEA D) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA VIGORAR NO ANO DE 2015, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2016; GRELHA PARA APRECIACÃO CONJUNTA DOS PONTOS 2, 3, 4 E 5 – 2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 611/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, relativo às propostas 611/2015, 612/2015, 613/2015 e 614/2015, fica anexado à presente Ata como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 612/CM/2015 – DERRAMA – PERCENTUAL A APLICAR EM 2016 E ISENÇÕES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 14º, DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 16º E DO ARTIGO 18º, TODOS DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA PARA APRECIACÃO CONJUNTA DOS PONTOS 2, 3, 4 E 5 – 2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 612/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 613/CM/2015 – IRS – PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA RECEITA DE IRS EM 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 26º, AMBOS DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA PARA APRECIACÃO CONJUNTA DOS PONTOS 2, 3, 4 E 5 – 2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS;** -----

## DRAFT

----- (A **Proposta nº 613/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA Nº 614/CM/2015 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – PERCENTUAL A APLICAR EM 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA M) DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA PARA APRECIACÃO CONJUNTA DOS PONTOS 2, 3, 4 E 5 – 2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS;** ---

----- (A **Proposta nº 614/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação nº 1/87**, resultante do Parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, com apresentação em *PowerPoint*: -----

----- “Em primeiro lugar, e desculpem-me a personalização deste momento inicial, e tomando eu a palavra numa ocasião destas, apesar de não estar no tema, queria partilhar convosco que hoje, do ponto de vista político, é um dos dias mais felizes da minha vida política pelo facto de acontecer o que aconteceu do ponto de vista governamental. Portanto, não queria deixar de partilhar convosco esta minha alegria pessoal. -----

----- Mas indo ao tema, eu preparei com os serviços do município uma apresentação sobre a política tributária do município que passa, em primeiro lugar, pela apresentação segmentada de cada um dos impostos em causa, e depois, uma análise comparativa dos mesmos. -----

----- O primeiro slide mostra-nos a Taxa de IRS e a fixação da devolução aos municípios de 2,5%, mostrando por um lado o que é que isso significa numa análise comparada da Área Metropolitana de Lisboa e, por outro lado, a repercussão financeira anual para o município, o município prescinde com esta sua política tributária, de 31,3 milhões de euros, que era o que corresponderia à fixação no máximo como uma boa parte dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa fazem da sua componente, digamos, do IRS. -----

----- Chamo só a vossa atenção para o município que fica mais perto de Lisboa, nesta devolução, tem sensivelmente uma devolução de cerca de metade de Lisboa. Lisboa fixou 2,5%, e Cascais que é o município que está mais próximo, 1,3%. -----

----- Trouxe este slide para tentar igualmente, mostrar-vos que isto, normalmente, passa muito despercebido naquilo que é a nossa abordagem enquanto cidadãos do impacto desta medida, tomada pela Assembleia Municipal nos últimos anos, sob proposta da Câmara, de devolver aos municípios 2,5%. E portanto, não queria deixar de vos trazer aquilo que é um exemplar de uma nota de liquidação para se perceber que há ali uma linha que corresponde exatamente, a essa consequência prática dessa

## DRAFT

deliberação do Município de Lisboa, e que faz uma análise comparada para o caso de alguém que iria receber de volta 1090 euros de IRS, e com esta medida passa a receber 1371 euros, é só um exemplo para ilustrar o impacto que pode ter, que tem, num caso particular, esta medida. -----

----- Depois queria-vos mostrar uma análise comparada daquilo que foi, daquilo que é a política municipal. Aqui está um quadro que vos mostra aquilo que é a remuneração base, e vão perceber porque estou a mostrar este quadro, que eu a seguir vou mostrar as comparações, uma análise daquilo que é a remuneração base média mensal daqueles que são os municípios que adotaram devolução de IRS porque, todos os outros, que aqui não estão, neste quadro, a devolução é zero e, portanto, não faz sentido estar a fazer a mesma abordagem. A remuneração média mensal, por um lado, numa das colunas, o IRS liquidado em média, também, na coluna que se segue, e depois o benefício correspondente digamos, em relação a uma família média de Lisboa, de Cascais, de Portugal, em primeiro lugar, não está a média, mas de Lisboa, de Cascais, da Amadora, do Montijo, de Sintra e de Mafra, qual é o benefício em euros. -----

----- Damos aqui um salto, mas já voltamos a este mapa, mas damos aqui um salto para a análise das tarifas sobre aquilo que as tarifas de resíduos urbanos e de saneamento, para vos mostrar que Lisboa, com a política que temos adotado nos últimos anos, está abaixo da média, quer de saneamento, eu sou meio daltónico mas vemos o azul roxo que ele está mais escuro, e o mais claro que tem a tonalidade no meu papel, de verde, que são os resíduos urbanos. Em qualquer um dos casos, Lisboa está abaixo da média e numa posição, que já vamos ver a seguir, muito confortável quando ordenarmos o impacto destas tarifas, e está feito para um consumo médio mensal de água de 7,4 m<sup>3</sup>, e para um calibre de contador mínimo. E portanto, a abordagem que vos queríamos aqui deixar, tem a ver com esta comparação que nos parece importante porque estamos a falar de competitividade fiscal. -----

----- Sintetizando, e muito rapidamente, temos a quinta melhor posição da Área Metropolitana de Lisboa no que diz respeito à soma entre a tarifa de resíduos urbanos e a tarifa de saneamento, e que está espelhado neste mapa, pelo que não podemos deixar de dar nota deste mesmo posicionamento. -----

---- Relativamente ao IMI, na Cidade de Lisboa, como todos sabem, está no seu ponto mínimo possível, 0,3, só acompanhado por Vila Franca de Xira, todos os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa fixaram o IMI acima de 0,3. -----

----- Aquela mancha vermelha que está cima daquele gráfico, no que a Lisboa diz respeito, pretende mostrar que acrescentando ao IMI a Taxa de Proteção Civil, ainda assim, deixamos de estar em primeiro lugar, para estarmos em segundo lugar daquilo que é o posicionamento em relação ao IMI na Área Metropolitana de Lisboa. Digamos que temos o IMI mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa e se acrescentarmos a Taxa Municipal de Proteção Civil ficamos com o segundo IMI mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa, à frente de municípios como Oeiras, Sintra, Almada, Cascais, só para acrescentar alguns que nos parece importante salientar. -----

## DRAFT

----- A repercussão financeira anual para o Município de Lisboa, são menos 72 milhões de euros de que o município prescindir se fixasse o máximo de 0,5 de IMI, e se deduzirmos aqui os 18,7 da Taxa Municipal de Proteção Civil vamos prescindir 53,9 milhões de euros e é isso que vos estamos a propor. -----

----- E agora, o exercício que nos pareceu importante apresentar para que isto tudo ganhe alguma expressividade em famílias tipo. E portanto, resolvemos fazer, criar aqui seis tipologias de agregados para fazermos alguns cálculos com a tipologia um com duas pessoas, tipologia dois com duas pessoas mais um dependente, uma tipologia três com duas pessoas mais três dependentes, uma tipologia quatro com uma pessoa por agregado, e a cinco e seis são tipologias que copiam algumas da já referidas, mas que vivem em casas arrendadas e que, portanto, não têm IMI. Portanto, este foi o exercício que fizemos e que teve os seguintes resultados: -----

----- Mantivemos o mesmo rendimento para todos; -----

----- Fomos ajustando o IMI e o valor patrimonial tributário em função do agregado, e os resultados são estes que aqui temos: -----

----- No agregado tipo um, duas pessoas que são proprietários da própria casa, da casa onde vivem, Lisboa fica em segundo lugar, ficando apenas abaixo de Vila Franca de Xira. -----

----- Já agora, deixem-me referir que nós não quisemos fazer aqui nenhuma alteração a este mapa, mas já há um dado que pode, de alguma maneira, influenciar os dados já conhecidos pode vir a influenciar esta nossa segunda posição que, do nosso ponto de vista, já é excelente e que é o facto de Vila Franca de Xira, aliás como nós temos sempre dito, e como todos sabem, nos validam, ou não validam, as nossa tarifas de resíduos urbanos e saneamento e aconteceu com Vila Franca de Xira o mesmo que acontece connosco mas com uma diferença, é que em Vila Franca de Xira as tarifas não foram aprovadas tal qual foram apresentadas e foi solicitado ao município que subissem, e portanto, estes valores podem ser alterados em função disso. Mas não quisemos entrar com esse fator, e apresentamos aqui em segundo lugar. -----

----- Para a tipologia dois de agregado, duas pessoas e um dependente, proprietários, mantemos esse segundo lugar e ficamos a uma enorme distância daqueles que veem a seguir como Amadora, Oeiras, Palmela, e parece-nos evidente que o nosso segundo lugar é muito sólido. -----

----- Acontece o mesmo com o terceiro agregado, e eu vou saltar isto rapidamente para poderem perceber. Ganhamos competitividade, no quarto agregado, aproximamo-nos do primeiro lugar. E no quinto agregado passamos a primeiro e no sexto mantemos esse primeiro lugar. -----

----- Parece-nos a nós, que fica claro com este exercício, que de facto, mesmo quando passamos a exemplos concretos, percebemos claramente, que a nossa competitividade fiscal na Área Metropolitana de Lisboa é sólida, é estável e é a segunda melhor, senão a primeira, na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Também vos queria dizer que relativamente à Derrama, mantemos aquela que era a proposta anterior, e em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem mantemos a proposta do ano anterior, como puderam apreciar. -----

## DRAFT

----- Antes de terminar esta apresentação, não poderia deixar de dizer-vos que fomos analisar a história do Município de Lisboa relativamente àquilo que é a fixação do IMI, e o que verificamos é que nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, a Taxa de IMI que foi fixada não era a taxa mínima. A taxa mínima que poderia ser fixada entre 0,2 e 0,5, para prédios urbanos, foi fixada em 0,4, ou seja, no terço superior daquilo que poderia ser fixada. E é evidente, também, que nessa altura recorde-vos, quem governava o Município de Lisboa com maioria absoluta, portanto, poderia ter fixado esta taxa no mínimo, se assim quisesse, era a coligação PSD-PPM, salvo erro, e portanto, não houve nenhuma mudança durante todo este período e isso estaria nas mãos, exclusivamente, da coligação no poder. -----

----- Gostava de vos dizer que, sobre esta matéria, não recebemos nenhuma lição de ninguém, até porque na história do Município nós temos as taxas mais baixas de sempre relativamente àquilo que era possível fixar, temos a competitividade que ficou demonstrada e, portanto, relativamente à história estamos conversados, relativamente, e nomeadamente, àquilo que são as propostas do PSD-CDS. -----

----- Depois relativamente à AML, também fica aqui evidente que, nomeadamente, os dois municípios que o PSD governa não fixaram as taxas mais baixas e portanto, digamos que optaram por não fixar as taxas mais baixas, e o Município de Lisboa optou por fixar as taxas mais baixas. -----

----- Só para dizer que, sobre esta matéria, a Direita desta Câmara utilizam a máxima que nós, evidentemente, não podemos acompanhar, que é; “Faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço”, e portanto, sobre a matéria de impostos parece-nos evidente que o Município de Lisboa está no bom caminho. É um caminho estável e é o caminho que queremos prosseguir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O conjunto de propostas sobre taxas e impostos, 611, 612, 613 e 614, que agora estamos a discutir, levantam alguns problemas que passo a analisar: -----

----- Em primeiro lugar, não posso deixar de referir uma questão que é central e que subjaz a este conjunto de taxas; as políticas de financiamento das autarquias locais têm sido sujeitas ao sistemático incumprimento da legislação de finanças locais, nomeadamente, pelo anterior governo, e que se traduziu num roubo de vários milhões de euros por desrespeito à lei então vigente. Esta situação levou a quebras de cerca de 25% do valor devido às autarquias na participação dos recursos do Estado num claro desrespeito ao imperativo constitucional da justa repartição de receitas entre as administrações central e local, levando a situações de asfixia financeira para as autarquias. -----

----- Aquando da discussão e votação da Lei do Orçamento de Estado para 2015, o governo apresentou uma proposta de alteração ao IMI integrada no que considerava a proposta de promoção de natalidade, visando desagrar o valor do IMI em função do número de filhos, proposta altamente demagógica, oriunda de um governo que praticou uma política de saque sobre o rendimento dos trabalhadores. Ao contrário do



## DRAFT

que foi e é afirmado, esta medida designada de IMI familiar não comunga de preocupações relativas à baixa natalidade e conseqüente envelhecimento do país. A realidade demográfica só se altera pela melhoria das condições de vida, pela valorização dos salários, pensões e rendimentos do trabalho, por uma política que dê garantias aos casais jovens de que os seus filhos nascerão num país que permita um futuro digno e seguro. -----

----- A referida lei aplica-se a qualquer família com filhos, dele beneficiando de igual modo, quer o empregado ou trabalhador precário, quer famílias com altos rendimentos, contrariando assim o justo princípio da tributação progressiva sobre os rendimentos. -----

----- Em relação à proposta nº 611/2015, da Taxa do IMI, que agora estamos a discutir, iremos votar favoravelmente a proposta, porque sempre defendemos esta aplicação de 0,3% pois sob um ponto de vista social, numa altura de crise e de dificuldades é muito positiva a sua manutenção nos valores mais baixos que a lei permite. -----

----- A exceção é relativa ao ponto quatro desta proposta, que se refere, justamente, a devolução às famílias em função do número de filhos, em que nos iremos abster pelos motivos anteriormente mencionados, embora tenha sofrido alterações na sua aplicação para famílias cujos valores patrimoniais sejam inferiores a duzentos mil euros, na Câmara, aqui em Lisboa. Neste sentido, eu agradecia que depois, na votação, o ponto quatro da proposta nº 611/2015, fosse autonomizado. -----

----- Em relação à proposta nº 612/2015, votaremos favoravelmente, pois consideramos as isenções propostas muito positivas sob o ponto de vista social. -----

----- A proposta nº 613/2015, nós não concordamos com esta devolução, também na sequência de discussões e posições já assumidas, no ano passado, pois consideramos que ela não beneficia a generalidade dos municípios mas apenas uma pequena parte. A devolução de 2,5% do IRS traduz em valores insignificantes para a maioria, podendo até ser nulo pois abaixo de determinados valores não há efetiva devolução, como é óbvio. Para os municípios de rendimentos mais elevados, esta devolução é mais significativa e sendo em percentagem, em termos absolutos, pode representar quantias elevadas para a Câmara, pelo que seria mais correto a aplicação desses fundos na melhoria da qualidade de vida, na melhoria dos serviços prestados e higiene, saneamento, ambiente e segurança de pessoas e bens. Isto permitiria aos municípios o retorno dos impostos pois ficariam beneficiados nos serviços que a Câmara presta aos cidadãos. -----

----- Finalmente a proposta nº 614/2015, proposta sobre os direitos de passagem, a posição do PCP também é conhecida, defendemos que os direitos de passagem deveriam incidir nas empresas, mas acabam por recair nas populações, são os municípios que pagam estes direitos e, como tal, é mais uma taxa que indiretamente, é colocada. -----

----- Aproveitamos, também, para solicitar informações sobre o montante que a Câmara recebe sobre esses direitos de passagem, parece que são, ainda, desconhecidos, uma vez que as empresas fazem recair sob os municípios os tais

## DRAFT

direitos de passagem. Fundamental será a informação sobre essas verbas, se são efetivamente, entregues à Câmara, como aliás constitui uma obrigação das empresas. Aliás, o PCP apresentou em sede de Câmara uma proposta nesse sentido, oficiar a Autoridade Tributária no sentido de esta informar quais os valores declarados e realmente, cobrados que servem de base para o cálculo das verbas a entregar ao município.-----

----- Esta é a nossa posição a este conjunto de propostas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está em discussão o pacote fiscal do município, proposta da 611 à 614, impostos municipais relativamente aos quais o município tem poder para fixar as respetivas taxas, são: a Derrama, o IMI, sendo a participação variável do município sob o IRS de uma forma de intervenção fiscal, ainda que o imposto esteja, quanto às taxas na esfera da competência legislativa da Assembleia da Republica.-----

----- Considerada a discussão conjunta destas propostas, o Grupo Municipal do BE considera que em relação à 611/2015, do IMI, constitui o grosso das receitas sob o património em Portugal. Afigura-se injusto que num país onde o grosso dos seus cidadãos possui habitação própria, seja este exclusivamente, o património tributado, deixando-se de fora depósitos, valores imobiliários e bens de luxo. -----

----- Entendemos que a redução de 20% do IMI, no seu ponto dois, alínea a), não é relevante na decisão de arrendar por parte dos proprietários, podendo quanto muito, ser útil como incentivo ao arrendamento de prédios para habitação, rendas controladas no âmbito de uma bolsa de arrendamento municipal. -----

----- Por outro lado, a despesa do IMI em prédios arrendados, é totalmente dedutível em sede de IRS, pelo que, os proprietários, apenas beneficiam desta medida na gestão de tesouraria. Já o Estado é o grande beneficiário desta medida uma vez que a redução do IMI em prédios arrendados aumenta o montante, matéria coletável em sede de IRS, aumentando a sua receita à custa desta medida do Município de Lisboa. E não se diga que o Município de Lisboa beneficiará em sede de participação variável de IRS, é que por um lado, esta receita vai apenas até 5% da coleta líquida de IRS, e por outro, nem todos os proprietários têm residência fiscal em Lisboa pelo que esta medida pode nem sequer, incrementar a receita do Município de Lisboa. -----

----- Chegamos à conclusão que esta medida do IMI nos prédios arrendados, revela-se como altamente lesiva do erário municipal, sobretudo a favor de uma receita fiscal de Estado apresentando-se como uma bandeira fiscal ruínosa. Pelo que iremos votar a favor com exceção do ponto dois, já citado, que fala da redução dos 20% da Taxa do IMI, em relação a este ponto dois iremos votar contra. E em relação ao ponto quatro que se trata da redução da Taxa do IMI no caso do imóvel de valor patrimonial igual e inferior a duzentos mil euros, destinado a habitação própria permanente, coincidente com o domínio fiscal em função do número de dependentes, em relação a este ponto, nós iremos votar contra.-----

## DRAFT

----- Como todos nós sabemos, o BE defendeu na assembleia da Republica a existência de uma taxa especial de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente dos sujeitos passivos. A satisfação da necessidade que visa responder ao direito à habitação, artigo 65º da Constituição da Republica Portuguesa, esta proposta permitia tratar de forma diferenciada a primeira habitação relativamente às casas de férias e imóveis destinados a rendimentos e outros fins que não habitação. -----

----- Por esta via, introduzia algumas correções a determinadas situações de injustiça que se vive na tributação de património que incidisse essencialmente, sob os imóveis penalizando os milhões de portugueses que têm casa própria, muitas vezes ainda por pagar ao banco, pagando sob o património que tem e ainda sob o que devem. A maioria parlamentar que não viabilizou esta medida, vindo mais tarde aprovar a redução do IMI relativo à habitação própria permanente de quem tem dependentes a cargo. Esta opção deixa de fora todos aqueles que já não têm dependentes a cargo, sendo uma visão mais reduzida do que deveria de ser considerado a equação fiscal da habitação própria permanente. Para além de que esta medida pode beneficiar, essencialmente, as famílias de maiores rendimentos quando não seja limitado á função de valor patrimonial do imóvel.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa limita esta redução a imóveis que tenham valor patrimonial tributário até duzentos mil euros, a que quase elimina este risco. No entanto, a solução legal não deixa de ser injusta e que não merece o nosso apoio daí o nosso voto. -----

----- Em relação à proposta nº 612/2015, a Derrama, esta proposta tem em conta não só a dimensão das empresas e a sua relação com os postos criados, como não exige que tais postos de trabalho criados sejam considerados do Concelho de Lisboa, podendo assim servir de vínculo a uma vergonhosa fuga fiscal, sem que a economia do concelho tenha qualquer benefício proporcional a esta medida. Para que a medida alcance resultados positivos se impõe que a mesma seja aplicada quando se trate de postos de trabalhos criados no Concelho de Lisboa, e que essa criação de postos de trabalho seja proporcional à faturação na empresa por outro. -----

----- Por fim, e não menos importante, consideramos que a criação de postos de trabalho deve ser permanentes, devendo rejeitar-se a contratação a termo, ou precária. Pelo que votaremos a favor desta proposta, com exceção do ponto três, ou seja, a questão de criação de postos de trabalho que se refere aos anos 2014, 2015 e 2016.-----

----- Em relação à proposta nº 613/2015, imposto sobre rendimento de pessoas singulares, o BE considera que a solução legal relativa à participação variável dos municípios no IRS não é a solução mais adequada e justa. Com efeito, sendo o IRS um imposto progressivo sob o rendimento, a possibilidade de o município ter direito a 5% da coleta líquida da qual pode prescindir, total ou parcialmente, implica no caso da fixação da percentagem inferior a 5% seja introduzido um fator de entorse à progressividade visto que todos os escalões de rendimento beneficiarão de igual percentagem no benefício fiscal. -----

----- Entendemos que esta situação deve ser alterada que esta situação deve permitir ao município uma diferenciação em função dos escalões do IRS, permitindo uma

## DRAFT

maior justiça e equidade nas decisões a optar pelo município, solução aliás defendida pelo BE no Projeto-Lei 351/12.-----

----- Apesar dos defeitos apontados à solução legal, e sendo que os mais pobres por estarem isentos de IRS, não beneficiam desta medida, entendemos que ela é de alguma forma, aceitável manter esta percentagem considerando a carga fiscal que se abateu neste período de austeridade sob os portugueses, pelo que nos iremos abster. ---

----- Por último, sobre os direitos de passagem, reafirmamos que a taxa municipal deve ser integralmente suportada pelos operadores e não refletida nas faturas dos consumidores. Aliás, são deficientes os mecanismos de controle de liquidação dessa taxa. -----

----- O BE na Assembleia da Republica, por diversas vezes, tentou reverter esta situação, esbarrando na maioria da anterior legislatura. O BE sempre manifestou a sua oposição a que fosse o município a pagar a cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes ou serviços eletrónicos acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais em área correspondente ao município, pois consideramos que devem ser as empresas a pagar ao município, essa taxa, pelo que votaremos contra. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente à proposta nº 613/2015, que diz respeito à percentagem a devolver sobre o IRS para 2016, pretendemos tecer apenas uma breve apreciação, indo ao encontro do que já referimos nesta AML em anteriores discussões de orçamentos. -----

----- “Os Verdes” consideram, mais uma vez, que esta devolução não vem beneficiar a maioria dos cidadãos lisboetas, mas apenas uma pequena parte, ou seja, aqueles que maiores descontos fizeram em termos de IRS, que são, como é óbvio, os contribuintes que possuem rendimentos mais altos.-----

----- A autarquia propõe-se, de novo, prescindir de metade da sua participação variável neste imposto, devolvendo-o aos municípios, mas para o PEV esta medida continua a configurar uma distorção na progressividade deste imposto, pois beneficiará apenas quem tiver os escalões mais elevados, ferindo, assim, o princípio de equidade na capacidade contributiva. -----

----- Quanto à proposta nº 614/2015, referente à taxa municipal de direitos de passagem a aplicar em 2016, “Os Verdes” continuam a sustentar que esta taxa, tanto pela forma de cálculo, como pela sua aplicação, constitui, na verdade, um imposto de mais duvidosa constitucionalidade, visto estarmos perante a obtenção de uma receita extra pela mera utilização do uso do subsolo do domínio público. Julgamos mesmo ser inadmissível que se fature aos consumidores um maior esforço destes no acesso a serviços essenciais. -----

----- Daí que o GM-PEV tenha apresentado um requerimento sobre esta questão, em cuja resposta a autarquia informou ter, em 18 de Agosto de 2014, remetido uma carta ao Provedor de Justiça, com o objetivo deste órgão requerer junto do Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade do artigo 106º da Lei nº 5/2004,

## DRAFT

de 10 de Fevereiro, que veio criar genericamente a taxa municipal de direitos de passagem. Nesta resposta, a CML refere que até à data de 2 de Novembro de 2015, ainda não tinha obtido resposta da parte do Provedor de Justiça.-----

----- Ora, apesar de saudarem esta iniciativa da autarquia, “Os Verdes” não deixam de lembrar que, entre o envio da carta ao Provedor de Justiça em Agosto de 2014 e Novembro de 2015, já passou mais de um ano, pelo que, se a CML também reconhece que esta taxa poderá ser inconstitucional, talvez seja tempo de nova insistência, exigindo o devido esclarecimento junto das entidades competentes. -----

----- Na Proposta nº 611/2015, a AML necessita pronunciar-se quanto aos Impostos Municipais sobre Imóveis e sobre Transmissão Onerosa de Imóveis. -----

----- Tanto quanto à fixação de uma taxa de IMI de 0,3% para os prédios urbanos, em que a CML mantém o mesmo valor do ano em curso, como quanto à redução de 20% da taxa de IMI para prédios arrendados para habitação, como quanto à majoração de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos degradados, como quanto à redução de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, concordamos e nada temos a acrescentar, bem como para a elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas. -----

----- Também sustentamos a redução de 10% para os prédios urbanos com eficiência energética, os incentivos à reabilitação urbana e a isenção de Imposto Municipal sobre Transações para as aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria, por se enquadrarem nestes mesmos princípios. -----

----- A novidade para 2016 passa pela redução da taxa de IMI, no caso de imóvel de valor patrimonial igual ou inferior a 200 mil €, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, o que merece a nossa reserva. Este benefício passa pela redução de 10% para 1 dependente a cargo, 15% para 2 dependentes a cargo e de 20% para 3 dependentes a cargo. Será esta uma real medida de justiça social? Vejamos então.-----

----- A medida foi introduzida pelo Governo no Orçamento do Estado para este ano e deixa nas mãos dos municípios a decisão de a aplicar ou não. Mas por exemplo, no Porto, decidiu-se não a aplicar, por se considerar que a medida deixaria de fora a parte da população menos favorecida, beneficiando as famílias de maiores proventos e porque muitas das que têm menos rendimentos não têm casa própria, logo, nem pagam IMI.-----

----- Deverá este argumento ser então tido em conta pelas autarquias? Alguns fiscalistas admitem que a medida possa beneficiar sobretudo aqueles que têm maiores réditos, criando distorções. Então, por exemplo, porque não se optou por outros grupos menos favorecidos ou até por famílias com idosos a cargo? Não deveria antes ser tido em consideração os escalões de rendimento em lugar do aleatório número de filhos? Trata-se ou não de uma lei manifestamente discriminatória que não promove qualquer justiça social, porquanto trata de forma diferente cidadãos apenas em razão de terem ou não filhos? -----

## DRAFT

----- Estas dúvidas levaram mesmo o Provedor de Justiça a abrir um procedimento em Setembro passado, o que significa que a questão ainda irá ser avaliada pela comissão das ‘valorações constitucionais’. E da avaliação da matéria em causa poderá resultar mesmo um pedido do Provedor para que o Tribunal Constitucional avalie a constitucionalidade da norma em causa. -----

----- Acontece também que competirá depois ao Ministério das Finanças fazer as contas e inserir os valores, já com o desconto, nas notas de liquidação que começarão a chegar às famílias em Abril de 2016. Porém, a CML nem tem dados para contabilizar as famílias que poderão beneficiar com esta medida, nem meios para calcular os reais valores a apurar e o respectivo impacto destas medidas. -----

----- Em suma, parece que o Governo tem abusado dos benefícios fiscais das autarquias, procurando fazer ‘brilhantes’ na redução da despesa à custa das receitas de impostos dos municípios, de que o ‘IMI Familiar’ é um exemplo. -----

----- Esta será então uma medida discriminatória e de hipocrisia política, desde logo porque só afeta quem tem casa própria, não beneficiando as centenas de milhar de famílias numerosas de baixos rendimentos que vivem em casas arrendadas. O Governo descentraliza competências, transferindo para as câmaras o ónus da baixa da carga fiscal. Mas este é o mesmíssimo Governo que, ao nível das finanças nacionais, aumentou brutalmente os impostos, com cada vez menor retribuição de serviços públicos. -----

----- O desconto no IMI será benéfico, mas só para alguns, não salvaguardando, por isso, a desejada justiça social. Daí então a nossa parcial discordância e conseqüente abstenção neste ponto específico que, sr<sup>a</sup> presidente, deverá então ser votado em separado. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de relator da 1<sup>a</sup> Comissão Permanente, fez a seguinte apresentação do parecer: -----

----- “Em relação ao parecer como não apresentei logo no início, e por uma questão de economia de tempo, julgo que não faz sentido apresentar agora, apenas realçava a recomendação que o parecer tem sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, no sentido de aquilo que na Comissão de Finanças entende que foi pedir um estudo à Câmara Municipal de Lisboa sob a forma de aplicação da taxa pois é algo que a Assembleia Municipal tem sempre várias dúvidas, é relativamente consensual sobre a necessidade de revermos a forma de aplicação daquilo que é a taxa de direitos de passagem, e como tal, recomenda-se que, á semelhança de outras medidas que a Câmara Municipal tomou para conseguir melhorar a informação financeira que esta Assembleia tem, nomeadamente, o inventário, que possa também haver um estudo para que depois se crie mecanismos para um maior controle da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, não tendo a Comissão se pronunciado contra a taxa, acho que a taxa pelo menos do meu ponto de vista, faz sentido, mas a forma de aplicar é algo que deve ser revista e que a Câmara Municipal deve poder fazer.” -----

## DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Concentrando-me agora na intervenção do Partido Socialista, a primeira nota que pretendo aqui deixar é realçar a coerência da Câmara Municipal de Lisboa de manter os impostos que dependem do município ao nível mais baixo da área de Lisboa, ao nível mais baixo de todas as capitais de distrito, de manter a sua política fiscal atrativa. Ou seja, Lisboa é a cidade mais competitiva ao nível fiscal, Lisboa prefere devolver o que poderia ser o máximo da sua receita fiscal à população de forma a atrair mais pessoas, para que as pessoas tenham mais poder de compra, de forma aquilo que é a nível da Cidade de Lisboa, possamos ser o exemplo daquilo que é uma boa política fiscal e que crie ciclos económicos. Ou seja, aquilo que Lisboa faz é, por exemplo, no que respeita ao IRS devolve 50% daquilo que é a receita máxima que tinha. Ao nível do IMI, acontece o mesmo, temos o valor mínimo do IMI, e sobre o IMI realçar também que o Município de Lisboa aceitou todas as várias propostas de várias forças políticas, nomeadamente, o IMI Famílias, de forma a defender as pessoas, de forma a defender as famílias, independentemente de considerar que sob algumas dessas taxas e sobre alguns desses impostos deve haver alguma discussão mais larga. Também prefere devolver a Derrama ao comércio local, às PME’s de forma a estimular a economia local, a contribuir para uma política ativa de criação de emprego na cidade ao mesmo tempo que valoriza o comércio de bairro, que mostra o apoio a setores ao nível da restauração que tem sofrido bastante com outras medidas a outros níveis, mas que ao nível de lisboa são aqui recompensadas e é algo que dá um orgulho muito grande ao Partido Socialista. -----

----- E sobre empresas, também tenho que referir que tão importante como a Derrama zero para muitas empresas, é também o pagamento praticamente a pronto, aos fornecedores da Câmara Municipal, o que mostra que de forma global a Câmara Municipal de Lisboa cumpre uma política municipal de apoio a empresas, sendo esse um eixo que é referido sempre como um eixo daquilo que é importante no trabalho político que essa Câmara tem feito. -----

----- E se estas opções parecem simples, resultam, falando em valores e com base no orçamento para 2016, visto ser um documento que também vamos aqui discutir, a Câmara Municipal de Lisboa deixa de receber, só para falar ao nível do IRS, deixa de receber 31,2 milhões de euros, caso optasse pela taxa máxima de IRS, valor este que os residentes em Lisboa recebem a mais por terem a sua morada fiscal em Lisboa, e que todos podem confirmar vendo na nota de liquidação de IRS, há uma parcela que diz qual é o valor que a Câmara Municipal devolve às famílias que moram na Cidade de Lisboa. E digo isto mais do que uma questão partidária, mas como residente da Cidade de Lisboa, pois naquilo que é a lista das Câmaras Municipais que recebem os 5% que têm direito de IRS, temos Câmaras Municipais de todas as forças políticas, temos por exemplo, Almada que aplica 5%, temos Mafra que aplica 4,8%, temos Câmara dos PS, e por isso mesmo, é algo que fundamentalmente é uma marca que distingue Lisboa de outro tipo de cidades e é algo que todos nós devemos ter orgulho. -

## DRAFT

----- Falando ainda, naquilo que é a participação que os municípios recebem a nível de IRS cobrado, é de fazer uma crítica severa à última Lei do Orçamento de Estado que limita o acréscimo do valor da transferência anual do IRS que o Estado recebe em 5% para cada um dos conjuntos de municípios, ou seja, aquilo que é valor a mais 5% que é o aumento, ano após ano, de IRS que a Câmara Municipal deveria receber, em vez de reverter como seria correto, para o município, reverte a favor das receitas da Administração Central, eu acho que se traduz, no caso de Lisboa, na perda de receita face aos valores recebidos em 2014 e 2015, que se estima em cerca de 16 milhões de euros, que eram receitas que a Câmara Municipal de Lisboa tinha direito a receber, e que infelizmente não recebe e que vai para a Administração Central, ou seja, é mais um motivo que todos nós temos que ter cuidado, e até pegando um pouco, naquilo que foi o conjunto de intervenções do BE e do PCP, falando em alguns aspetos das própria Lei das Finanças Locais que devem ser revistos, e havendo já, por mais do que uma vez, a vontade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em voltar a discutir formas diferentes de receitas municipais, não para aumentar de forma global aquilo que é a receita que deve ser estável, não é isso que o Partido Socialista defende, mas deve haver outras formas de contribuição de impostos municipais que sejam mais justas, mais corretas e que possam representar de facto, aquilo que socialmente, é útil para a Cidade de Lisboa.-----

----- Sobre o IMI também dizer que o Orçamento para 2016, tem uma receita estimada de 108,9 milhões de euros para uma taxa de 0,3%, como tal é bom de se ver que caso o município de Lisboa decidisse, optasse pelo valor da taxa máxima, teria uma receita extra de mais 72,6 milhões de euros. Ainda bem que não o faz, mas é para todos terem a noção dos números, é para todos terem a noção daquilo que é a política fiscal do Município de Lisboa, que é atrativa, que é correta, que é justa e que é diferente daquilo que acontece em muitos outros sítios e que é diferente daquilo que acontecia até agora no país, mas isso já todos temos a confiança de que agora vamos entrar numa nova era e que todas essas matérias terão que ser devidamente, discutidas.-----

----- Termino, dizendo que esta política fiscal atrativa só é possível devido à solidez financeira da Câmara Municipal de Lisboa, com riscos conjunturais como qualquer entidade pública, em Portugal, tem, mas fruto das boas decisões do passado de baixar a dívida, não só têm possibilitado haver investimento, como também há folga para também haver a baixa de impostos, a baixa daquilo que é o prazo médio de pagamentos a fornecedores que é muito importante para economia local a par daquilo que é a Derrama, que faz com que haja uma estratégia de cidade, uma estratégia de desenvolvimento que o município tem, e que permite ter uma cidade mais ativa a todos os níveis.-----

----- Muito Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos as intervenções das várias bancadas. Não temos mais deputados inscritos para estas matérias.-----



## DRAFT

----- Pergunto ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva se tem alguma coisa a acrescentar ao que foi dito? Não tem. Não quer intervir. Nesse caso, vamos passar à votação das propostas e vamos votá-las uma a uma, seguidamente. -----

----- Quanto à **Proposta nº 611/CM/2015**, relativa ao IMI, há um pedido do BE para votar em separado todos os pontos. Ela tem seis pontos. Retifico, é só para votar em separado a alínea a) do Nº 2, e o Nº 4. Muito bem. Eu pedia a vossa atenção, por favor, nós vamos votar a Proposta nº 611/2015, ela tem seis pontos, e eu vou colocar à votação todos os pontos, à exceção da alínea a) do nº 2, que fala da redução de 20% do IMI para os prédios arrendados para habitação, e do ponto 4 que tem a ver com o IMI para as famílias numerosas. Portanto, à exceção destes dois pontos, nós iremos votar todos os restantes, agora. Portanto, o **ponto 1**, o **ponto 2** as restantes alíneas, o **ponto 3**, o **ponto 5** e o **ponto 6** da **Proposta nº 611/CM/2015**, vou coloca-los à votação. Não há votos contra, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Os pontos **1, 2** as restantes alíneas, o **ponto 3, 5 e 6** da **Proposta nº 611/CM/2015** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos pôr agora, à votação o ponto 2, alínea a). Votos contra do BE, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 2, alínea a)**, da **Proposta nº 611/CM/2015** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos pôr agora, à votação o ponto 4. Votos contra do BE, abstenção do PCP, PEV e MPT, e os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 4**, da **Proposta nº 611/CM/2015** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar à **Proposta nº 612/CM/2016**. Esta proposta tem três pontos, e o BE pediu a votação do **ponto nº 3** em separado. -----

----- Vamos votar então, os **pontos nºs 1 e 2** da **Proposta nº 612/2015**. Não há votos contra, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Os pontos **1, 2** da **Proposta nº 612/CM/2015** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar, agora, ao **ponto nº 3** da **Proposta nº 612/CM/2015**. Votos contra do BE, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 3** da **Proposta nº 612/CM/2015** foi **aprovado por maioria**.--

----- Vamos passar à **Proposta nº 613/CM/2015**. Votos contra do PSD, PCP e PEV, abstenções do BE e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 613/CM/2015** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à **Proposta nº 614/CM/2016**. Votos contra do PCP, BE, PEV e MPT, abstenções do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 614/CM/2015** foi **aprovada por maioria**.-----

----- E, agora, vamos ter em consideração a **Recomendação nº 1/87** sobre a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, que foi apresentada pela 1ª Comissão Permanente que pede à Câmara que elabore um estudo, um estudo sobre a aplicação desta taxa para perceber e para aplicação de mecanismos para um maior controle na aplicação dela aos operadores. -----

## DRAFT

----- Vamos pôr á votação a **Recomendação nº 1/87**. Não há votos contra, abstenção do PSD, e votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6IND. A **Recomendação nº 1/87** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (O Deputado Municipal Diogo Moura, do Grupo Municipal do CDS-PP, sobre as Propostas nºs 611/2015 e 613/2015, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**):-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que em relação ao ponto 4 da referida proposta:-----

----- A redução da taxa de IMI, no caso de imóvel de valor patrimonial igual ou inferior a 200 mil euros, destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes **que, nos termos do artigo 13º do código do IRS, compõem do agregado familiar do proprietário, em:**-----

----- a) 10% para 1 dependente a cargo;-----

----- b) 15% para 2 dependentes a cargo;-----

----- c) 20% para 3 dependentes a cargo.-----

----- É manifestamente positivo que a CML tenha reduzido a taxa de IMI para famílias com dependentes.-----

----- No entanto, denotamos alguma falta de equidade quando as reduções só contemplam o espaço – igual ou inferior a €200.000 – sem considerarem o número de dependentes do agregado familiar.-----

----- A título de exemplo comparativo, uma família com três descendentes e uma casa com valor tributário de 200.000 euros terá uma redução de 20% no IMI. Uma família com 6 ou mais filhos numa casa idêntica mas com mais um quarto e, conseqüentemente, com valor tributário superior, não terá qualquer redução.-----

----- Assim, consideramos que esta meritória iniciativa merece ser aprimorada de forma a eliminar injustiças involuntárias.”-----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA Nº 610/CM/2015 – GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA O QUADRIÊNIO 2016-2019, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E O) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA F – MÁXIMO 5 HORAS;**-----

----- (A Proposta nº 610/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

## DRAFT

----- “Antes de começar, gostava de salientar que esta proposta foi entregue no Tribunal de Contas, portanto aprovada em Câmara e enviada para Assembleia em tempo útil, em tempo normal, legal, sem nenhum pedido de prorrogação, e isso ficou-se a dever a um trabalhos como aliás, nos têm vindo a habituar, de qualidade, feito dentro da legalidade e cada vez com mais intensidade e qualidade dos trabalhadores municipais. Esse é um trabalho exaustivo, um trabalho feito em toda a dimensão municipal e, evidentemente, coordenado pela Direção Municipal de Finanças que nas pessoas dos seus dirigentes, nomeadamente, Elisabete Martins, Cecília Melo e Nelson Sousa, queria aqui saudar e, como dizem os brasileiros, parabenizar porque este trabalho, de facto é um trabalho muito importante, é um trabalho de grande relevo do ponto de vista do planeamento do município e a qualidade com que ele é feito tem de ser objeto do nosso reconhecimento, nomeadamente, e também sublinhando, dentro dos prazos regulamentares e cumprindo a lei. -----

----- A apresentação que vos vou fazer do Orçamento tem um primeiro ponto, aliás, este primeiro ponto é um ponto que já foi aqui sublinhado anteriormente, e portanto, eu não vou aqui detalhar aquilo que já foi sublinhado, mas referir-vos que a nossa principal linha estratégica da construção orçamental, digamos do orçamento que vos apresentamos, é o apoio às famílias, e esse apoio às famílias traduz-se como já foi verificado, no IMI mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa, no IMI Famílias com redução em função do número de dependentes para matrizes com valor patrimonial tributário inferior a duzentos mil euros, a devolução aos municípios de 50% de IRS a que a câmara teria direito, nos tais 2,5% que acabamos de aprovar, mas depois num conjunto de medidas ativas que passam, desde logo, pelo Programa Renda Acessível que em breve vos será apresentado, que tem como objetivo trazer cinco mil famílias para a cidade, com a construção de cinco mil fogos por um período alargado de anos, e que tem aqui uma abordagem muito importante neste orçamento porque é digamos, o ano da sua preparação e do seu arranque como programa, a requalificação da habitação municipal com um investimento, este ano, de cerca de dez milhões de euros e que resulta de um contrato de programa que também já passou nesta Assembleia Municipal de 25 milhões de euros, já visado pelo Tribunal de Contas, o Programa Escola Nova que tem, neste ano, o seu epílogo e nesta sua primeira fase com cerca de 12 milhões de euros e só para sublinhar algumas das medidas mais emblemáticas, a continuação de um investimento na ação social escolar, criando, desta forma, maior igualdade de oportunidades entre as crianças deste município, que tem um investimento, este ano, de cerca de 15 milhões de euros. -----

----- Outras das linhas estratégicas do orçamento, aquela que designamos como número dois é o apoio às empresas. -----

----- Já foi referido aqui a questão da Derrama e da isenção para volumes de negócios inferiores a 150 mil euros, a isenção para atividades de restauração e pequeno comercio com faturação inferior a um milhão de euros, mas gostaria aqui de sublinhar aquilo que é uma política interna do município que tem vantagens para o próprio município, enquanto instituição, mas tem um conjunto de vantagens muito importantes para a economia da cidade e que tem a ver com o pagamento a pronto a

## DRAFT

fornecedores com um prazo médio de pagamento, fórmula legal, de cerca de dois dias e que muito nos orgulha. Como dizia alguém hoje no meu gabinete, é extraordinário ouvir dizer, num pequeno comércio da cidade, que era tudo mentira o que diziam da Câmara, ou que já não é verdade que a Câmara não pague. Isso para nós orgulha-nos muito. -----

----- Rede de incubadoras é um investimento, um pequeno investimento relativamente àquilo que é o volume total do orçamento do município, mas que tem trazido para este município um grande alinhamento com um conjunto cada vez maior de parceiros de um desenvolvimento como eu dizia, na área da economia, do empreendedorismo, da inovação que atingirá um ponto alto, muito na sequência que tem acontecido nos últimos anos com a realização no próximo ano do *Web Summit* em Portugal. -----

----- Uma terceira linha estratégica, mais investimento, mais segurança. Um Plano de Pavimentação, já começou como todos viram, e como todos sentem nas estradas e vias de Lisboa, em 2015, e em 2016 terá um investimento de cerca de 9 milhões de euros. Um Plano de Drenagem que terá um investimento de cerca de 5 milhões de euros já no ano de 2016, é preciso estudar, fazer avaliações dos terrenos e isso vai acontecer durante o ano de 2016, dando início a toda a parte concursal, cadernos de encargos internacional, digamos concursos internacionais que nos vão permitir ter uma cidade mais segura também do ponto de vista daquilo que é a proteção contra cheias e intempéries. -----

----- O dispositivo de proteção civil que tem este ano, um investimento, não o total dos custos associados à área de proteção civil, cerca de 5 milhões de euros, aliás, esse investimento começou em 2014 de forma mais intensa, prolonga-se em 2015 como vão ter oportunidade de apreciar no próximo mês, aliás já podem apreciar algumas das melhorias e que vão aumentar de intensidade já no próximo mês, a seu tempo o Senhor Vereador destapará estas meias palavras que eu estou aqui a pronunciar, mas dizia eu, esta área de mais segurança, é uma área de mais relevância para a cidade e que todos já começamos a sentir e de forma completamente evidente daqueles que nos deslocamos da cidade, relativamente ao Plano de Pavimentação. -----

----- Uma outra linha estratégica, mais investimento, mais qualidade de vida. Uma Praça em Cada Bairro, um investimento de cerca 19 milhões de euros, a Frente Ribeirinha um investimento de 3 milhões de euros diretos do orçamento do Município de Lisboa e cerca de 16 milhões de euros da EMEL, colocando esta empresa municipal ao serviço da mobilidade da cidade, Plano de Acessibilidade Pedonal com cinco milhões de euros de intervenções e um conjunto de outras intervenções integradas e pela primeira vez, para pequenas intervenções diretamente alocado à equipa que gere o Plano de Acessibilidade Pedonal um milhão de euros, a promoção de eventos culturais com investimento superior a 19 milhões de euros, os apoios a equipamentos para a prática desportiva com investimento superior a 4 milhões de euros. Esta linha estratégica vai permitir aos munícipes de Lisboa, como também a todos aqueles que trabalham diariamente em Lisboa, e a muitos milhões que nos visitam todos os anos, usufruir de uma cidade com maior qualidade de vida mais

# DRAFT

competitiva e que oferecerá a todos um conjunto de iniciativas, de espaço público para usufruir, que mudará a face da cidade nos próximos anos. -----

----- Eu queria, também, dizer-vos muito claramente, que o resultado final que vos apresentei em linha gerais nestes quatro pilares estratégicos teve um conjunto de pressupostos orçamentais que foram dados à Direção Municipal de Finanças, e que passam por estas oito linhas, a questão que vou rapidamente referir: -----

----- A cidade precisa de investir, inovando e modernizando e sendo modernizada; -----

----- Manter impostos baixos e atrativos, IMI, IRS e Derrama; -----

----- Conter otimizando a despesa corrente do município, como vos vou mostrar no mapa que se segue; -----

----- Reduzir a dívida, nomeadamente, alienando ativos não estratégicos; -----

----- Consolidar a política tributária do município; -----

----- Valorizar o trabalhador e o trabalho do universo municipal de Lisboa; -----

----- E melhorar, continuamente, o sistema de compras nomeadamente, através dos processos mais eficientes e mais transparentes. -----

----- Estas foram as linhas e os pressupostos de construção do próprio orçamento. -----

----- O slide que se segue mostra uma divisão por áreas de intervenção que eu destacaria as três grandes fatias com pouco mais de 60 milhões de euros, cada uma, serviços urbanos, requalificação de espaço público e reabilitação de edificado, e depois quatro fatias com cerca de 30 milhões de euros, cada uma, manutenção da cidade, direitos sociais, cultura e valorização dos trabalhadores e do trabalho, no município. -----

----- Uma outra forma de vos apresentar esta mesma distribuição do investimento, refiro que o eixo A, esta grande fatia é a transferência que continua, como sabem, a fazer parte do orçamento municipal para os municípios, com cerca de 70 milhões de euros, depois a enorme fatia Lisboa cada vez mais próxima, sendo este evidentemente, o eixo que mais nos tem preocupado e onde se tem feito um maior investimento. Mas ainda assim, grandes investimentos também no Lisboa Sustentável, e no eixo Lisboa Inclusiva. -----

----- Como vos disse, a capacidade de alavancar outros investimentos da abordagem de Lisboa global onde está a área cultural, mas também toda a área do empreendedorismo e economia é fantástica e com este investimento, que é o mais reduzido de todos, conseguirmos algumas das proezas, nomeadamente, o *Web Summit* e outras realizações ao longo do próximo ano. -----

----- Os números. Do ponto de vista do quadro do orçamento da receita 2015-2016, ele tem um acréscimo na receita de 25,4 milhões de euros, sendo 698 milhões de euros em 2015, e 725,9 em 2016, uma redução da despesa corrente e, já agora, uma abordagem, uma solicitação de abordagem da DMF que foi integralmente cumprida. A Direção Municipal de Finanças apresentou-nos três estimativas e o executivo optou pela estimativa mais prudente e, portanto, que nos dá maior segurança na realização deste 723,9 milhões de euros. -----

----- Agora, o quadro comparativo da despesa 2015-2016, e como vos referi há pouco, uma diminuição da despesa corrente em 1,6 milhões de euros, e um crescimento das

## DRAFT

despesas de capital para acomodar o investimento que se torna evidente quando olhamos para estes números, investimento estrutural, investimento reprodutivo, bom investimento de acordo com algumas nomenclaturas mais utilizadas nos últimos anos.-

----- Esta estimativa mais prudente não nos inibiu de dizer, e por isso mesmo, de dar indicações para o interior dos serviços do Município de Lisboa no sentido de desenvolverem projetos que colocaríamos em situação de receita não definida para que, se a nossa estimativa prudente for superada, possamos acomodar mais 129 milhões de euros na expectativa mais otimista para além dos 723,9 milhões de euros que estão em dotação definida no orçamento, possibilitando assim que o município concretize um conjunto de projetos e esteja preparado para os concretizar se aquilo que são as nossas estimativas vierem a ser ultrapassadas. -----

----- Aquilo que vos dá a noção clara daquilo que é a nossa performance da evolução do prazo médio de pagamento. No primeiro trimestre de 2013, ainda estávamos a falar de um PMP de 106 dias e, à data de hoje e com uma consistência ao longo do último ano, estamos a falar de um PMP de 4, 3 e 2 dias de forma consistente e posso-vos assegurar que até ao final do ano manteremos esta performance. -----

----- Consolidar a política tributária municipal. Como sabem o ano de 2016, vai ser o ano de introdução da Taxa Turística, e esta Taxa Turística tem algumas particularidades que eu não podia aqui deixar de referir, e esta Taxa Turística tem uma particularidade importante e que sublinharia aqui, em primeiro lugar, que é a particularidade de solicitar àqueles que nos visitam que contribuam para fazer face aos custos que o município tem, nomeadamente para desenvolver o turismo, e dessa forma libertar os moradores, os residentes, os munícipes de Lisboa, dessa mesma contribuição para esse investimento. -----

----- Esta Taxa Turística que de alguma forma criou alguma polémica quando foi introduzida, aliás, é normal que cada vez que há uma nova taxa, ou um novo imposto, há sempre quem conteste e é normal em Democracia que isso aconteça, mas eu sublinho que, à data de hoje, toda esta política de Taxa Turística e implementação desta mesma política, está a reunir um enorme consenso, e a todos aqueles que falavam em taxas e taxinhas, renderam-se à evidência de que toda a Europa tem esta taxa, cada vez mais cidades da Europa têm este tipo de taxa, que permite que aqueles que nos visitam partilhem connosco alguns dos custos que eles próprios introduzem e aumentam nas cidades que visitam. -----

----- Esta taxa tem também, uma particularidade importante, e que não posso deixar aqui de sublinhar, é que toda a receita associada à Taxa Turística é integralmente colocada no fundo do desenvolvimento turístico que vai ser codecidido, vai ser informado pelos parceiros e vai depois, ser trazido essa mesma decisão informada para que os Órgãos do Município possam deliberar em última análise. Portanto, relativamente à Taxa Turística esta consolidação vai decorrer em 2016. -----

----- A Taxa de Proteção Civil também vai, começou em 2015, está e estará, em 2016, em processo de consolidação. Como todos sabem, ela visa fazer face àquilo que são os custos de investimento, inovação da área da proteção civil. Ela tem como objetivo transformar o financiamento desta área, num financiamento mais justo, mais

## DRAFT

equitativo, em que aqueles que mais contribuem para os custos, também são aqueles que mais contribuem para a receita desta área. Nós temos este nível de preocupação, nós não queremos que os munícipes paguem de igual forma aquilo que não utilizam de igual forma, há aqui algo que tem de ser equilibrado, nomeadamente quando é pedido a um sistema como é o sistema de proteção civil da cidade, por parte de algumas estruturas como sendo as estruturas de maior risco, só para citar duas, o Aeroporto ou o sistema de rede de gás, não podem contribuir de igual forma, têm de contribuir de forma mais intensa para este sistema, libertando desta forma, o município de uma contribuição maior, mais reforçada para esta área. E, portanto, nós temos a consciência de que com esta medida, vamos fazer uma política tributária mais justa, nesta matéria, e que vamos aumentar a transparência na aplicação da receita nomeadamente para fins de proteção civil que nos parecem importantes que aconteçam. -----

----- Quanto à valorização do trabalho e dos trabalhadores do Município de Lisboa, só para dizer que nós temos como foco do nosso trabalho do dia-a-dia o município e as suas necessidades. Isto tem de ser reforçado, quer desde logo, proporcionando aos trabalhadores e ao trabalho desenvolvido no município melhores condições sejam elas ao nível das instalações, dos equipamentos, mas também, da formação e da capacitação do próprio município. E sem dúvida, há aqui uma matéria muito importante que temos que inverter porque foi política dos últimos anos, e vamos no município fazer um esforço para que isso aconteça, é que o trabalho em serviço público, o trabalho dos trabalhadores na área pública, nomeadamente municipal, tem que ser valorizado e reforçado, e vamo-nos empenhar para que isso aconteça, tentando inverter um ciclo desastroso sob esse ponto de vista, na última década. -----

----- Melhorar continuamente, o sistema de compras, nomeadamente, através dos processos mais eficientes e transparentes. -----

----- Mais eficiência, soluções economicamente mais vantajosas, mais transparência e mais informação ao município. -----

----- Mais informação, quer interna, quer externamente com todos os nossos parceiros.

----- Muita aprendizagem com boas práticas, quer internas, quer com os nossos parceiros nacionais e internacionais. -----

----- Introdução de novas políticas na central de compras do município, nomeadamente, as componentes verdes e social. -----

----- E, são estas as grandes linhas do Orçamento Municipal. É um orçamento de investimento, e um orçamento que tem como preocupação principal as famílias como ficou hoje, aqui claro, quer pela forma como investimos nas áreas da qualidade de vida, da segurança e do apoio direto às famílias e às empresas, mas também um orçamento mais justo do lado da receita, e mais equitativo e que nos coloca nos primeiros lugares da competitividade do ponto de vista fiscal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, pela sua intervenção.-----

## DRAFT

----- Senhores Deputados, temos bastantes estavam inscritos como é natural, e pedia, agora, luzes para a sala, e a Senhora Segunda-Secretária vai dar então a palavra, temos quatro rondas, a primeira ronda com seis, ou sete, Deputados inscritos, e as outras rondas com bastante menos, e vamos prosseguir as intervenções. -----

----- A Câmara quando quiser usar da palavra, far-me-á sinal, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O PSD respondeu afirmativamente ao apelo do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa com vista à participação ativa das diversas forças políticas na elaboração do orçamento do município de Lisboa, para 2016. -----

----- O sentido de compromisso e de estabilidade na relação do município com os lisboetas é um fator pelo qual sempre pugnamos tendo sido em diversas ocasiões, e pela nossa parte, encontradas soluções comuns que melhor defendessem os interesses dos lisboetas. -----

----- Foram, ao longo destes dois anos de mandato, vários os exemplos em que o executivo municipal encontrou com o PSD, a melhor resposta para a melhoria da vida dos cidadãos. Aliás, tem sido assim ao longo destes últimos oito anos de governação socialista exemplo, paradigmático disso foi a introdução do princípio da estabilidade fiscal que faz de Lisboa onde os municípios melhor colocados na Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de impostos. Deste modo, apresentámos um conjunto de propostas que, em tempo de indevido, as Senhoras e os Senhores Deputados tomaram conhecimento, que se traduziam no seguinte; o fim da Taxa Municipal de Proteção Civil, em nosso entender, injusta e ferida de legalidade pela criação de uma nova taxa de risco e atividades conexas que visasse diretamente os proprietários dos imóveis devolutos e degradados, as atividades económicas de risco e os imóveis do Estado. Esta era no nosso entender, uma solução mais justa e verdadeiramente sinalagmática e mais do que isso, visava exclusivamente o reforço do financiamento do serviço de proteção civil. Claro que estávamos a falar de uma diferença de doze milhões de euros para os cofres da Câmara Municipal, mas toda a sustentação argumentativa da criação desta taxa assentou neste argumento. Nestas coisas, as palavras valem o que valem e sobre esta matéria pelos vistos valeram pouco, nem a taxa servirá exclusivamente para o financiamento da proteção civil, nem a vontade do presidente da Câmara Municipal era verdadeiramente a construção de um orçamento participado por todas as forças políticas com a nossa, pelo menos, não foi. Aliás, ainda a respeito da taxa, era bom que se atentasse às palavras do Senhor Vereador das Finanças quando, ontem, mesmo afirmou “*a ideia é continuar este investimento nos próximos dois anos, para que depois possamos equacionar, nessa altura, em face das receitas da cidade, a própria continuidade da taxa*”. Esta justificação só nos conforta na nossa opinião. -----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil foi criada sob a capa de um argumento falso, não serve para o financiamento exclusivo da proteção civil, e é antes de um imposto



## DRAFT

encapotado para financiar a atividade da Câmara Municipal, e para esconder a sua fragilidade económico-financeira.-----

----- Não vale a pena vir aqui o Senhor Vereador das Finanças à Assembleia Municipal vir justificar a sua política com opções políticas de outros municípios, sobretudo daqueles que são governados pelo PSD. Isso não menoriza, nem impede a nossa ação, assim como não serve de pretexto para a sua política errada, nem para a sua postura arrogante e pouco democrática que o senhor tem com os partidos da oposição.-----

----- Mas Senhora Presidente, o princípio da estabilidade fiscal do Município de Lisboa tem sido um fator de convergência entre as maiores forças políticas com representação municipal, nomeadamente entre o PSD e o PS. Consideramos, portanto, que esse princípio deve continuar a constituir um fator de entendimento, defendemos contudo, que se trata de um princípio que não se esgota em si mesmo e que ainda existem aspetos que devem ser revistos e melhorados em prol da melhoria da qualidade de vida dos lisboetas.-----

----- Congratulamo-nos, assim, o executivo recuou da posição manifestada, quer pela bancada municipal do PS, quer pelos membros do executivo presentes na reunião de Assembleia Municipal, à recomendação proposta pelo Grupo Municipal do PSD sobre a redução da taxa de IMI, para prédios destinados a habitação própria permanente em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar.-----

----- Contudo, suscitam-nos sérias dúvidas da sua eficácia no que diz respeito aos tetos, para benefício desta medida.-----

----- Uma outra proposta foi o aumento da devolução aos munícipes de IRS em 0,5 pontos percentuais. Consideramos que a alteração da devolução de IRS dois e meio para três por cento é um reforço do compromisso que selamos com os lisboetas, e que confirmará o Município de Lisboa como um dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa com melhor atratividade e estabilidade fiscal. O executivo municipal entendeu o contrário.-----

----- Assim como, também, propusemos a criação de um fundo para o financiamento do plano de drenagem com verbas provenientes das vendas extraordinárias de património.-----

----- As medidas propostas pelo PSD para o orçamento municipal de 2016 garantiu não só o equilíbrio das contas do município, como respondeu positivamente ao apelo de compromisso e de estabilidade na gestão municipal. Medidas como o aumento da devolução do IRS às famílias, a introdução do coeficiente familiar no IMI, ajuste introdução de uma penalização efetiva para quem não cuida do seu património, degradando a cidade e implicando um esforço adicional aos bombeiros e à proteção civil, constituiu medidas importantes que contribuíam não só para o desenvolvimento Lisboa, como em grande medida para tornar Lisboa mais atrativa, mais amiga das famílias, colocando-a na linha da frente para a criação de condições para o seu repovoamento.-----

----- Quisemos participar na construção da cidade sem dogmas partidários. Dissemos presente assim que fomos chamados, mas sobre as nossas propostas, nem resposta

## DRAFT

obtivemos por parte do executivo municipal. As propostas que apresentámos representavam e incidiam sobre 2,5 por cento do orçamento apresentado pelo executivo socialista. Era exequível, era realizável, mas apenas se houvesse verdadeiramente, vontade de negociar e se os fundamentos dessa negociação e dessa proposta de Orçamento, fossem sérios. Não houve vontade, foram só palavras. Como tal, não podemos validar um orçamento que consideramos injusto, um orçamento que assenta em premissas pouco sérias, um orçamento que está ferido de legalidade. E nós, com isso, não podemos compactuar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, vamos prosseguir. -----

----- A Mesa, no entanto, e na parte que me diz respeito, ouvi agora dizer que o Orçamento está ferido de ilegalidade, gostaria que fosse densificada esta questão, uma vez que em sede de discussão da Comissão, e em todas as reuniões preparatórias, ninguém acusou de ilegalidade este Orçamento. E como eu sou responsável pela legalidade das decisões que aqui, tomamos, gostaria que fosse explicitada qual é a ilegalidade que apontam a este Orçamento.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, cumprimento de novo. -----

----- Estamos nesta assembleia a debater um conjunto de propostas, As Grandes Opções do Plano, o Orçamento para 2016, as propostas sobre tabelas de taxas, bem como, as Opções e Orçamento das Empresas Municipais. -----

----- Trata-se de um conjunto de propostas fundamentais para os cidadãos de Lisboa, pelo que elas poderiam conter de melhorias na sua qualidade de vida esperança num futuro mais promissor. Infelizmente, não nos parece que tal venha a suceder.-----

----- Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, as suas linhas de desenvolvimento estratégico são as mesmas que constavam do documento apresentado em 2015, o que pode parecer natural por indiciar uma política de continuidade, apresentando um conjunto de ideias vagas e abrangente, traçando uma imagem idílica da cidade que nem sempre corresponde à realidade dos bairros e freguesias. -----

----- Estes documentos dão continuidade, às políticas consignadas para o PDM, à reforma administrativa que teve, e continua a ter, consequências graves para os municípios pois tarefas que deviam ser competência do município por serem transversais, podem levar à redução de pessoal e externalização de serviços com perda de capacidade de resposta e da qualidade do serviço público prestado. Em suma, traduzem uma política que é nosso ponto de vista, não corresponde aos interesses dos municípios, sendo estas razões essenciais que nos leva a estar contra este orçamento. ---

----- No entanto, que gostaria de salientar que estes documentos, e por comparação com se apresentados em anos anteriores, contém aspetos positivos do ponto de vista

## DRAFT

da apresentação e organização, permitindo uma melhor leitura e compreensão dos mesmos. -----

----- Aproveito, também, para felicitar a Direção Municipal de Finanças pelo trabalho que realizou, e o Senhor Vereador das Finanças, obviamente. -----

----- Apesar disso, persistem algumas dificuldades na leitura dos cruzamentos das várias linhas estratégicas com a informação contida no orçamento que pode ser melhorada em anos futuros, pois entendemos que estes documentos deveriam ser perceptíveis a todos os cidadãos. -----

----- Saliento, também, com muito positiva a introdução de um novo ponto no orçamento que é exatamente valorizar o trabalho e o trabalhador do universo municipal de Lisboa, já há pouco, também, salientado pelo Senhor Vereador das Finanças, objetivo este que é acompanhado de medidas conducentes à sua execução com ações de formação, reforço de verbas para a melhoria das condições de trabalho, etc. Acompanharemos com grande interesse como se irá materializar esta valorização com a qual, torno a insistir que concordamos. -----

----- A análise e a crítica que fazemos reporta, essencialmente, às opções estratégicas e políticas, não havendo reparo aos aspetos financeiros e, muito menos à qualidade dos serviços que é de louvar. -----

----- Em resumo, estamos perante os documentos previsionais que preconizou a manutenção da atual política municipal que, como temos demonstrado em situações concretas, não está direcionada à resolução dos problemas das pessoas, antes agrava a situação das famílias, estando em muitos casos mais virada para a defesa dos grandes interesses, designadamente, imobiliários e especulativos. -----

----- Tem-se registado um progressivo esvaziamento da capacidade de intervenção da vereação com a passagem de competências para as empresas municipais, com a reforma administrativa, bem como com a externalização, tanto diretamente como através das entidades que recebem estas competências. -----

----- Em relação ao mapa de pessoal, eu gostaria de dizer o seguinte; a apresentação do mapa de pessoal enquadra-se no que é legalmente exigido. No mapa que acompanha a proposta, constata-se um decréscimo de cento e setenta postos de trabalho previstos, e uma redução de cento e seis postos de trabalho vagos. Deste facto, resulta, mais uma vez, a redução do número total dos postos de trabalho no mapa de pessoal da Câmara, trabalhadores do município. A verdade é que o mapa de pessoal sofreu uma redução de postos de trabalho previstos de 11510, em 2010, para 10091, em 2015, menos 1419 postos de trabalho previstos, sendo que destes são ocupados apenas 7356. Existe, novamente, uma redução real dos postos de trabalho ocupados para 2016, o que se traduz numa efetiva redução da capacidade dos serviços. Se estes postos de trabalho não forem ocupados pode estar comprometida a capacidade de resposta dos serviços, como já acontece com os cantoneiros, calceteiros e jardineiros. -----

----- Existe, ainda, a extinção dos contratos por tempo determinado, o que deve significar que os serviços onde estes trabalhadores se encontravam devem estar com défice de trabalhadores, estando a recorrer-se a recibos verdes. -----

## DRAFT

----- Mantém-se uma rubrica de postos de trabalho cativos, com 2216 postos de trabalhadores que transitaram para as juntas, bem como postos de trabalho cativos para procedimentos concursais, em curso e a lançar, e os postos de trabalho de trabalhadores em mobilidade intercarreiras. -----

----- Analisados os diversos mapas, constatamos uma redução significativa do número de trabalhadores. É apresentado um quadro com as carências identificadas nas áreas operacionais onde se afirma que são a preencher através de procedimentos concursais já abertos, e que se refletem num aumento dos postos de trabalho, São identificados nesse quadro, 266 trabalhadores, e o aumento de postos é de 58, o que significa que continua a redução de pessoal, o que irá certamente comprometer a capacidade futura de resposta dos serviços. -----

----- Analisando, agora, alguns aspetos financeiros, e para concluir, globalmente este orçamento prevê uma verba de 723,9 milhões de euros, mais 25.000,4 milhões de euros do que o previsto para 2015, e o aumento de 83,8 milhões de euros relativamente à execução de 2014, como é evidente, a última conhecida, nem poderia ser de outra maneira. -----

----- No que toca a receitas, o crescimento previsto relativo a 2014, de tal execução, tem como principais aumentos de 36,7 milhões de euros na venda de bens e serviços, 23,1 milhões de euros em receitas de capital, 14,9 milhões em taxas, incluindo a da proteção civil, e 12,7 milhões de euros no IMT. Comparando as receitas dos orçamentos de 2015-2016, verificam-se algumas alterações tendentes a uma aproximação à realização de 2014, o que indicia que, eventualmente, a previsão de 2015, não seria a mais adequada. -----

----- Salientamos, ainda, a redução da derrama já discutida no ponto anterior, quer em relação a 2014-2015, o que mostra que se perfila uma grande redução da atividade económica, ou o que é mais provável, esta grande produção é efeito da redução de IRC com que o anterior Governo beneficiava as grandes empresas. -----

----- Do lado da despesa verifica-se um reforço do eixo A, cidade mais próxima, sobretudo na rubricas “Cidade dos Bairros” e “Governação Próxima e Participada”. É de realçar também o reforço das verbas previstas para a habitação no eixo C1. -----

----- Os serviços urbanos de qualidade registam uma redução de 1,6 milhões, passando de 80 milhões para 78,9 milhões, sendo que só para tratamento das águas residuais são orçamentados 21 milhões de euros. -----

----- O eixo D1 “Cidade Reabilitada e Reabitada” sofre um corte de 26 milhões, passando de 91 milhões, em 2015, para 64 milhões, em 2016, dos quais 20 milhões serão transferidos para a SRU, e 26,6 milhões, são destinados à aquisição de terrenos e serviços. -----

----- A percentagem do orçamento que está consignada à cultura e mesmo aos direitos sociais, são percentagens que não chegam, por exemplo, aos 10% do orçamento, o que é lamentável. -----

----- Mais uma vez, o orçamento baseia-se em algumas operações financeiras e/ou patrimonial, remetendo para segundo plano questões essenciais relativas ao funcionamento da cidade e à qualidade de vida. -----

## DRAFT

----- Continuando a política anterior de alienação de património, também este orçamento projeta a venda de património municipal que consideramos que terá consequências muito gravosas na gestão da cidade. Por isso, votamos contra esta proposta nº 610. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar queremos agradecer ao Senhor Vereador a apresentação e as explicações sobre os documentos que agora discutimos, assim como agradecer a todos os trabalhadores da Câmara envolvidos na elaboração desta proposta. -----

----- Após a análise do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2016 e os restantes documentos que compõem e complementam esta proposta, “Os Verdes” têm um conjunto de questões que gostariam de salientar. -----

----- Começaríamos por dizer que este orçamento, no valor de 724 milhões de euros, acaba por ter inscrita uma imagem da cidade de Lisboa que não é propriamente a cidade real, mas uma imagem do que seria ideal. -----

----- Constatamos que este Orçamento, apesar de toda a propaganda em sentido inverso, traduz mais uma vez um aumento da carga fiscal, havendo um agravamento de taxas e impostos para os lisboetas, algo com que “Os Verdes” não concordam e achamos que o caminho não deve ser este. -----

----- Além disso, sem saber ainda como fazer para cobrar uma das taxas, a turística. Também a taxa de proteção civil está a ser alvo de muitas reclamações, por exemplo, por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que referiu recentemente ter recebido uma carta da Câmara para pagar 25,1 mil euros referentes a estas taxa, acrescentando que vai pagar o valor pedido, mas quer depois contestar a taxa junto da autarquia e já se dirigiu à Provedoria de Justiça para pedir a inconstitucionalidade da norma. -----

----- Também a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa já recebeu semelhante notificação, apesar de estar isenta de taxas municipais, mas uma vez que a autarquia não concede a isenção de forma automática, é sempre necessário recorrer aos tribunais para que os montantes pagos sejam devolvidos. -----

----- Senhor Vereador, parece-nos que a vertente social e solidária da autarquia, fica aqui nestes dois exemplos extremamente comprometida, pois, como se pode exigir, no caso do IHRU que este pague 5 mil euros de taxa de proteção civil, referente a 243 das 854 habitações sociais que detém, a que acresce ainda o IMI? Não nos podemos esquecer que a maioria são casas destinadas a habitação social, a equipamentos sociais e a sedes de associações sem fins lucrativos, que apoiam população mais desfavorecida. -----

----- “Os Verdes” consideram que relativamente à taxa de proteção civil podemos estar perante uma taxa inconstitucional, nomeadamente por esta não apresentar a devida proporcionalidade, pois para que seja constitucional a sua contrapartida deve ser efetiva, além de que representa uma dupla tributação, já que esta incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos e dos prédios devolutos, tal como o

## DRAFT

IMI, apesar de no caso desta taxa haver isenção para os que possuem um valor patrimonial até 20 mil euros. -----

----- “Os Verdes” entendem ainda que a proteção civil é uma das funções gerais do Estado, não devendo por isso ser financiada por taxas pagas pelos municípios. -----

----- Perante isto, gostaríamos de saber se a referida taxa for considerada inconstitucional, como vai proceder a autarquia, vai devolver os 6,1 milhões de euros já recebidos e o que entretanto vier a receber? -----

----- Não considera o Senhor Vereador, seja qual for o desfecho relativo a esta taxa, que o orçamento ficará sempre comprometido no que diz respeito a esta verba, sendo até aquela que, de entre as taxas a cobrar pelo município, se prevê que dará a maior receita, num total de 18,9 milhões de euros? -----

----- Em relação à taxa turística, a autarquia prevê para 2016, uma receita de 15,7 milhões de euros. Ora, neste momento o problema está em como vai a autarquia proceder para cobrar essa mesma taxa, já que a ANA terá recusado fazê-lo para 2016, na verba que diz respeito às chegadas ao aeroporto. Segundo o próprio Senhor Vereador a cobrança desta taxa está a ser negociada, mas nada mais se sabe. Sobre a taxa de dormidas, apesar de o Senhor Vereador afirmar que o processo está mais avançado, ao PEV preocupa o facto de se inscrever mais uma verba no orçamento para 2016 que ainda não se sabe como se vai obter, sendo que se prevê que a mesma comece a ser cobrada já a 1 de Janeiro de 2016. -----

----- Será esta, à semelhança da taxa de proteção civil, mais uma verba prevista no orçamento para 2016, que depois não se vai concretizar? -----

----- Grande parte da receita deste orçamento provém do IMT, que para 2016 representa um valor total de 135,97 milhões de €, traduzindo um aumento de 68,2% relativamente a 2015. -----

----- Não nos podemos no entanto esquecer que, por imposição da *Troika*, este imposto tem os seus dias contados, pois extinguir-se-á na sua totalidade em 2019. É uma perda bastante considerável de receita para a autarquia, pelo que o PEV questiona se já estão a ser equacionadas alternativas, a fim de colmatar esta futura perda de receita. -----

----- Parece-nos que esta Assembleia Municipal estará a aprovar um orçamento extremamente condicionado e dependente de taxas e impostos que não se sabe ainda como se irão cobrar, enquanto a resposta às necessidades da população lisboeta continua a não ser dada. -----

----- Há uma tributação acrescida sobre os lisboetas e, contas feitas, há um aumento efetivo das receitas provenientes das taxas cobradas aos municípios. É caso para dizer que a Câmara dá com uma mão a alguns, para logo a seguir vir retirar com a outra mão. Apesar disso, continua a ser apregoada neste Orçamento a sustentabilidade estrutural das finanças do município e isto para nós não é sustentabilidade. -----

----- “Os Verdes” afirmam ainda que o devido cumprimento da Lei das Finanças Locais, que os sucessivos governos têm ignorado, é condição essencial para que as autarquias tenham orçamentos sustentados, e não dependentes de um agravamento fiscal e da cobrança de taxas aos seus municípios. -----

## DRAFT

----- Passando a outras questões: -----

----- Como é natural, valorizamos algumas das questões apresentadas como é o caso da valorização dos trabalhadores e do investimento nas suas condições de trabalho, quando bem sabemos que há áreas onde já há vários anos deveria ter sido feito um investimento para criar as devidas condições de trabalho. Resta agora saber como vai esse objetivo ser concretizado e se vai realmente chegar a acontecer. -----

----- O Mapa de Pessoal, que deve conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento, apresenta uma diminuição de 170 trabalhadores, quando esta é já uma tendência que se tem vindo a verificar ano após ano. -----

----- Partimos de 2010 com 11.500 postos de trabalho previstos, no ano em curso apenas estavam previstos 10.261, e todos os anos se tem perdido trabalhadores e este ano há uma nova redução, prevendo-se apenas 10.091 postos de trabalho. Para 2016 há apenas 7.356 postos ocupados, menos 122 que em 2015, ao que se somam 2.216 postos de trabalho cativos. A nível dos postos de trabalhos vagos há uma ligeira diminuição de 625 para 519 mas, mesmo assim, há carências evidentes e cujos impactos são visíveis, como é o caso dos cantoneiros de limpeza. -----

----- Perante isto, como consegue o executivo continuar a dizer que esta redução não terá impactos na capacidade e na prestação dos serviços? -----

----- A proposta de mapa de pessoal para 2016, na sua nota explicativa, diz o seguinte: a CML só concretizará a sua estratégia e alcançará os objetivos consagrados no programa de governo da cidade se estiver dotada da força de trabalho necessária”. Com esta redução contínua a nível de postos de trabalho, torna-se difícil perceber que estratégias, pretende a Câmara levar a cabo para que seja prestado um trabalho nas devidas condições, tanto para os municípios como para os trabalhadores. -----

----- Há áreas que sofrem cortes sem se perceber o que pretende afinal a Câmara fazer em relação a estas matérias, por exemplo, a Cidade Reabilitada e Reabilitada – Eixo D1 – sofre um corte de mais de 25 milhões de euros, passando de 91 para 64 milhões. Também neste eixo, a parte do Espaço Público Amigável sofre uma diminuição, tal como a Cidade da Cultura e da Criatividade, no Eixo E. -----

----- Uma das preocupações e reservas de “Os Verdes” em relação a este orçamento é que, à semelhança de outros anos, se fique por baixas execuções e que muito do que é essencial para a cidade e as pessoas fique por fazer, andando a saltar de orçamento para orçamento. Além de que espelha aquilo para que temos vindo a alertar: uma Câmara esvaziada das suas competências e que, a manter-se este rumo, se prevê que venha a definhar ainda mais. -----

----- Esta proposta reflete um conjunto de opções políticas para a cidade, das quais discordamos, desde logo a questão da reforma administrativa, que contrariamente ao que é afirmado, veio afastar as pessoas das decisões, a descentralização de competências da forma como foi feita, a externalização de serviços, o Plano Diretor Municipal que serve mais a especulação imobiliária do que os lisboetas, a alienação de património, entre outras. -----

## DRAFT

----- Sobre a alienação de património municipal é evidente que é esta a política que o executivo está empenhado em prosseguir e também nesta matéria “Os Verdes” discordam das opções do executivo e temos sérias reservas em relação às consequências que daí advirão. Não nos parece sustentável que uma autarquia faça depender o seu funcionamento da venda de património.-----

----- Resumindo, perante o orçamento que nos é apresentado pelo Partido Socialista, “Os Verdes” não podem concordar com as opções nele refletidas e com a orientação que se pretende seguir, pois contrariam as propostas que temos aqui apresentado e defendido ao longo dos tempos, espelhando opções do executivo que “Os Verdes” não acompanham.-----

----- Sabemos que 2016 será ainda um ano marcado por uma difícil situação financeira e a Câmara deverá estar focada na resolução de problemas estruturais no funcionamento dos serviços municipais e na melhoria da resposta dada aos munícipes.

----- Nem sempre as opções políticas do executivo correspondem às necessidades da população e era importante que esta proposta respondesse às preocupações e prioridades apresentadas pelas pessoas, dentro das competências do município como é óbvio.-----

----- A verdade é que, podendo escolher entre um caminho e outro, o Partido Socialista optou por ir pelo caminho da continuidade, e não pelo caminho das políticas que têm vindo a ser reivindicadas e que, essas sim, representariam uma melhoria na qualidade de vida dos lisboetas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Caríssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Caríssimos e Caríssimas Colegas Deputados Municipais, e restante audiência, Público e Imprensa.-----

----- Os documentos em análise são, de facto, como sabemos, o espelho de opções e de projetos, naturalmente.-----

----- Em primeiro lugar, salientaremos um pequeno facto que não nos parece, apesar de tudo, despiciendo, e esse facto, é que nos parece que esta leitura é acessível, o delinear das páginas, este percorrer é fácil e achamos que, realmente, é um direito básico de qualquer cidadão, e cidadã, desta cidade, ou de outra, possa ler as grandes opções e ter, portanto, uma visão que terá que ser, necessariamente, crítica da sua cidade e daquilo que a sua Câmara quer fazer na sua cidade. Chamamos a isto acerta participação cidadã que nos agrada, sobremaneira.-----

----- Quanto à matéria substantiva, dizer-vos, e o elencar é sempre uma escolha que é subjetiva, mas este é o nosso elencar, que nos parece que esta política fiscal é, de facto, talvez não, mas, a mais competitiva, mas, ao mesmo tempo, uma coisa que nos agrada que é promotora da equidade social e, para nós, esta questão da competitividade tem a ver, necessariamente, com esta equidade e com este equilíbrio social. Exemplos, de novo a elencar manter, de facto, os impostos mais baixos e no dizer do texto, os impostos atrativos, ou seja, haver políticas de justiça social como já foi aqui esplanada do IMI, a verba do IRS, que contribuir, de facto, para que as



## DRAFT

famílias consigam viver melhor, e disso que se trata, neste momento. A celeberrima taxa municipal de proteção civil é para nós, algo tão simples embora polémica, claro, tão simples como, alguma coisa que, no nos anos sessenta se diria muito brevemente; “quem custa mais um sistema, paga mais”, parece isto justo? Parece-nos que sim. O que achamos é que, de facto, isto é apenas uma política de mera justiça discutível como tudo, mas é uma opção que a câmara tem que fazer, e que faz. -----

----- Relativamente à taxa turística, já o elaborámos, e muito bem, já discutimos tudo isto, entre nós, esta taxa é hoje uma taxa mundial. Obviamente, discutível porque é mundial, mas é para nós, tão-somente, o buscar receitas a quem nos visita e pode, como o plano foi delineado pelo vereador, pode tornar-se num mecanismo, que pode ser curioso de apreciar daqueles tempos, a distância epistemológica tem que ser tido em conta, naturalmente, pode ser um mecanismo de alguma construção da participação cidadã. Este orçamento define, portanto, grandes áreas de intervenção no apoio às famílias e às empresas ou seja, o húmus da nossa terra, da nossa sociedade. --

----- A escola nova parece-nos se, de facto, um exemplo paradigmático, de tudo o que disse. Também o aperfeiçoamento célere do pagamento aos fornecedores é um dado que é revelador, havia queixas constantes de fornecimentos que nunca mas eram pagos, quer dizer, isto era uma matriz quase não ética por parte do órgão que tem que ser ético, além do mais. -----

----- Quase por último, a valorização do trabalho e dos trabalhadores do município é uma aposta que temos, obviamente, de salientar, é uma aposta definidora da capacidade e lógica de o município se unir como tal. -----

----- E no que concerne à questão dos direitos sociais, e também do acolhimento aos refugiados, queria dizer-vos, em nome dos Cidadãos por Lisboa que nos parece que este não é perfeito, certamente, nós não somos seres humanos perfeitos ainda bem que não somos, mas dizer-lhes que esta capacidade de atuação que a Câmara Municipal demonstra, numa questão extremamente sensível e do aceleramento que o problema de que esta questão, que já existe há muito tempo, embora muitas organizações só agora é que se aperceberam dela, mas que este houve um aceleramento e uma perigosidade maior, a resposta que a câmara tem não só no *budget* frio dos números, mas também na capacidade de organização, parece-nos que é importante, porque é, de facto assim que se constrói um mundo e, particularmente, uma cidade inclusiva. -----

----- Vocês sabem qual é a minha formação de base, eu diria aos orçamentistas, o orçamento, aos economistas, a economia, a nós, cidadãos e cidadãs, fazedores de política, que teremos que continuar a afirmar que o nosso trabalho é uma cidade mais próxima, mais empreendedora, mais sustentável, e mais inclusiva. É isso que parece que estamos a tentar fazer todos. -----

----- Acreditamos que é importante que estas grandes Opções do Plano e o Orçamento, plasma uma marca que pode ser importante, e essa marca é aquilo que nós definimos e já temos definido aqui, aquilo que nós temos, muitas vezes, com uma esperança trabalhada, a esperança trabalhada é somente um conjunto de opções, naturalmente, ideológicos, de política, é disso que estamos aqui a tratar, num plano concreto, do real e o real, queridos e queridas companheiros desta coisa toda, não é aquilo que nós

## DRAFT

imaginamos, não é sequer aquilo que nós gostaríamos é, de facto, o real das famílias no concreto, das famílias que sofrem, que têm sofrido atrozmente, numa política que tem conduzido à emigração massiva, ao desemprego massivo, e que a contraciclo, a Câmara Municipal de Lisboa, paulatinamente, tem tentado fazer o contrário. Esta é efetivamente, a mudança das famílias que aqui habitam, parece-nos que é uma marca que será deixada com alguma veemência, e que todos nós poderemos aproveitar do ponto de vista político e, também, ideológico. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria começar por agradecer ter colocado o aquecedor do nosso lado da sala, mas informo que não alteraria o nosso sentido de voto sobre esta proposta.-----

----- Desta forma, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre a proposta nº 610, sobre as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal. Estes três documentos são, como sabemos, os instrumentos essenciais, os instrumentos centrais para a implementação da política do executivo municipal. As opções políticas do executivo são refletidas nestes instrumentos e são corporizadas nestes três documentos, são estes documentos que são essenciais para responder, por um lado, aos problemas da cidade e, por outro, para concretizar os projetos programáticos do executivo. -----

----- O Bloco de Esquerda analisou-os com cuidado, com detalhe, com responsabilidade e apresentando a crítica que apresentámos, apresentámos também as nossas propostas, os nossos contributos e, também, a nossa disponibilidade para a viabilização. Fazemo-lo, aliás, todos os anos e este ano não foi exceção fomos a reunião com o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, levámos as propostas que consideramos centrais e transformadoras para a cidade. Apresentámos uma listagem de propostas que entendemos seriam determinantes e prioritárias. Não foram aceites.

----- As visões para a cidade são distintas e assim segue o debate democrático sem qualquer problema. -----

----- A primeira das prioridades que gostaria de vos falar é uma prioridade de absoluta urgência e que se relaciona com a resposta à crise social. A Câmara Municipal de Lisboa deve assumir, desde já, e transversalmente a situação de crise social que se vive na cidade. A Câmara Municipal tem de analisar a natureza da crise, as suas características e os seus impactos nas diversas dimensões da vida na cidade, e definir as suas orientações políticas e as suas estratégias para responder de forma efetiva, nas várias dimensões, seja em matéria de ação social, seja matéria de políticas de habitação, ou de outras necessidades do município. -----

----- Apostar numa política de resposta social de proximidade, defendendo o processo de capacitação e transferência de competências da Câmara Municipal para as Freguesias, deve ser uma prioridade. -----

----- Reforçar e revitalizar o papel das Comissões Sociais de Freguesia é um dos caminhos que, inequivocamente, devem ser seguidos. Por outro lado, a criação urgente de um gabinete de combate à crise, conforme, aliás, foi aprovado por proposta

## DRAFT

do Bloco de Esquerda, nesta assembleia, em Janeiro de 2009, um gabinete que permitisse à Câmara Municipal acompanhar de forma sistemática a preocupante evolução da situação social na cidade, seria também um dos eixos fundamentais desta resposta urgente e necessária. -----

----- Por último, e neste capítulo, o reforço das verbas atribuídas no domínio da ação social passando pelo reforço substancial do valor atribuído ao fundo de emergência social, conforme o grupo municipal do Bloco de Esquerda vem reclamando desde a criação deste fundo, é essencial e urgente. O executivo municipal deve assumir a resposta à crise social nas suas mãos e não optar por uma estratégia de delegação na Misericórdia, ou noutras instituições, tal como tem feito. -----

----- Outro dos eixos prioritários em que a resposta do executivo tem sido insuficiente, tem sido na área da habitação. E as insuficiências registam-se, tanto ao nível da resposta social, como nas restantes alternativas. Vejamos, o problema da habitação social é grave e entra, como vemos, sempre que temos debates nesta assembleia com o período de intervenção do público, as intervenções de pessoas desesperadas à espera de uma alternativa digna para viverem, e como parcas são as respostas por parte do executivo. Sabemos das dificuldades para responder à dimensão do problema, com certeza, é muito difícil responder à dimensão deste problema, mas um executivo não consegue responder minimamente este direito fundamental, o direito à habitação, não responde o que é mais importante. São milhares, sabemos, os pedidos de atribuição de habitação, e escassíssimos os fogos atribuídos é, aliás, sintomático da incapacidade, da Câmara Municipal de Lisboa que o requerimento entregue pelo Bloco de Esquerda em Abril deste ano, que versa sobre esta matéria, continue sem resposta. Fizemos várias perguntas e para atuar sobre este problema, é preciso saber responder às mesmas; quantos pedidos foram realizados últimos anos? Qual é essa a evolução? Qual o número de atribuições efetivas? Qual o índice sobrelotação dos fogos, o número de membros do agregado familiar em função das tipologias? Qual o número das desocupações? Qual o número de fogos vazios em bairros municipais e património disperso? Qual é a caracterização social e económica destes requerentes? Existem respostas de emergência para situações que tantas vezes vimos aqui retratadas e que precisam de uma resposta, para ontem? Quais são as respostas que têm que ser dadas estas perguntas? E, portanto, responder a estas perguntas é a base mínima para o diagnóstico que avance para uma solução rápida. -----

----- A Câmara Municipal não tem, neste momento capacidade de resposta às necessidades de habitação social e essa, deveria ser, desde já, uma prioridade imediata. -----

----- Lemos hoje, aliás, na comunicação social que esse levantamento está em curso desde 2011. Percebemos da dificuldade que representa essa recolha de dados, mas não é admissível que passados todos estes anos, continue a não haver informação organizada sobre este tema. -----

----- Mas o problema da habitação, Senhoras e Senhores Deputados, não se restringe naturalmente à habitação municipal. A expulsão a que assistimos durante décadas para a periferia de tantas famílias é um dos principais problemas da cidade, tanto é que na

## DRAFT

sua tomada de posse, este ano, o Senhor Presidente Fernando Medina reconheceu publicamente e garantiu que até ao final do mandato iria trazer para o centro da cidade cinco mil famílias. Reconhecemos que a proposta é meritória e ambiciosa, mas continuamos sem perceber como vai alcançar. Sabemos que aprovou a Constituição em área de reabilitação urbana de duas ruas na Colina de Santana, é um primeiro passo, mas é manifestamente insuficiente, sobretudo, porque sabemos que este incentivo, a criação destas áreas de reabilitação urbana, são um incentivo ao investimento para a reabilitação, mas que não é só por si uma garantia da disponibilidade de casas para famílias reabilitarem o centro da cidade é um processo que se prolonga no tempo, e que depende de vários fatores, entre eles, a disponibilidade dos privados para o investimento. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa apostou num programa a que chamou de Renda Convencionada, um programa interessante e bem-intencionado, sabemos que algumas das casas disponibilizadas apresentam rendas razoavelmente acessíveis, mas também sabemos que muitos dos imóveis que estão em concurso com valores ao nível dos valores de mercado, por exemplo, a edição presente, a nona, que está neste momento a decorrer, existem apartamentos T2 por quase 500 euros, 475 euros e, portanto, este valor não difere dos valores de mercado e, por isso não representam uma alternativa e, por isso, não é também uma solução. Mas o que mais ressalta neste programa é a sua dimensão insignificante perante o problema gigante de acessibilidade ao mercado de arrendamento. Na última edição deste programa, na oitava, que foi encerrada pela Câmara Municipal, em Outubro deste ano, foram submetidas 1254 candidaturas para 13 habitações, representa um por cento de oferta perante a procura, perante estes valores, percebemos em capacidade de resposta deste programa ao problema da habitação em Lisboa, e podemos dizer que seria uma tentativa de salvar o afundamento do *Titanic* com uma colher de chá. Não responde ao problema e sobretudo, não condiciona o mercado de arrendamento ao nível dos valores praticados. Para conseguir esse objetivo, seria necessário que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizasse um número muito superior de casas, e para isso, claro está precisaria de recorrer ao seu património, e esse é o terceiro ponto que gostaríamos de sublinhar e que consideramos central na estratégia definida por este executivo. -----

----- Sabemos de todos os constrangimentos financeiros do município e da necessidade de equilibrar o orçamento de forma sustentável. É nesse desafio que a definição de políticas assume o protagonismo. O atual executivo tomou uma decisão política clara, gerar receita através da alienação de património. Para isso, definiu de acordo com os seus critérios políticos, o que seriam os ativos estratégicos e os não estratégicos, com essa categorização legitimou a operação de venda de património de larga escala que assumirá grande importância no orçamento que agora discutidos é uma opção política tão legítima e tão criticável como qualquer outra. Entendemos que o vasto património do município de Lisboa é um ativo essencial como instrumento para concretização de resposta habitacional, equipamentos sociais e reabilitação na cidade. -----

## DRAFT

----- A Câmara Municipal deveria mobilizar estes edifícios, este património disperso para intervir fortemente na política de habitação, uma bolsa de arrendamento permitiria pressionar a baixa de preços, aumentando a oferta. Por essa razão, não podemos concordar com o programa “ Reabilita Primeiro, Paga Depois”, é um programa que reflete a desistência do município, este programa que atribui benefícios a investidores que adquiriram património municipal para reabilitação, falha duplamente. Primeiro, porque insiste na alienação de património, e segundo porque não impõe qualquer restrição ou condição ao tipo de uso futuro, após a reabilitação, Estas operações ficam expostas ao critério da maior rentabilidade e os resultados estão à vista, olhamos para o centro da cidade e vemos especial na Baixa Pombalina que está transformada numa espécie de enorme um condomínio *Time Sharing*. -----

----- Não nos enganamos sobre a importância do turismo, sabemos a importância que tem na economia da cidade e a necessidade que temos de valorizar o turismo e o promover. Lisboa tem que ser, cada vez mais uma, cidade aberta e preparada para receber todas e todos que a visitam, mas o fenómeno urbanístico que estamos a assistir é alarmante e deixará marcas profundas durante muitos anos, se não for corrigido a tempo.-----

----- Toda a Baixa Pombalina está em processo acelerado de gentrificação, onde os habitantes, o comércio local estão a ser expulsos para serem substituídos por unidades hoteleiras. Este desequilíbrio urbano que concentra toda a atividade turística numa determinada zona, terá custos elevados a curto e médio prazo, inclusivamente, para a própria atividade turística e consequentemente para toda a economia da cidade.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta que engloba o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal é um instrumento que concretiza as metas políticas definidas por este executivo. O rumo traçado no início deste mandato e agora sublinhado pelo novo Presidente, compromete a cidade de várias formas e, portanto, erra no que é crucial.-----

----- Apresentámos as nossas propostas, não foram aceites, votaremos contra a proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- As minhas primeiras palavras são para congratular a Senhora Presidente da Mesa, pelo trabalho efetuado, este ano, no âmbito da discussão deste documento. Efetivamente, houve oportunidade de realizar mais de duas dezenas de reuniões que envolveram o conjunto dos vereadores e dos pelouros do município, que envolveram também numerosos dirigentes de empresas municipais, portanto, creio que o debate do Orçamento, das Grandes Opções do Plano foi, efetivamente, muito amplo, muito vivo e participado, e houve oportunidade de esclarecer de forma, enfim, cabal um conjunto de situações, de dúvidas, de questões, que pudessem ocorrer. É por isso, Senhor Presidente, no quadro desta congratulação que lhe faço que, de facto, me associo à perplexidade que, já aqui, expressou de que, em tantas reuniões, em tantas

## DRAFT

audições, em tantos debates, em tantos, enfim, encontros sobre esta matéria, nunca foi suscitada qualquer dúvida acerca da legalidade dos documentos que, aqui hoje, discutimos. Portanto, parece-me que, do ponto de vista político é sério e é grave, que que o PSD venha fazer hoje, aquando da discussão em plenário. Parecer-nos-ia uma atitude mais correta, uma atitude enfim, mais adequada, que o tivessem feito antes sob pena, se fosse o caso, e estamos em crer que não, fossem, efetivamente, corrigidas quaisquer ilegalidades, ou quaisquer problemas que existissem sob matéria. -----

----- Quería, também, no que diz respeito ao plano, Senhor Presidente, deixar aqui a minha satisfação pelo seguinte; conseguimos fazer, efetivamente, da análise dos documentos que nos foram apresentados, uma associação clara entre aquilo que é, e o que foi, o programa eleitoral do Partido Socialista, e aquilo que são os eixos de atuação da Câmara Municipal de Lisboa para 2016. Julgamos que só assim, Senhora Presidente, é que faz sentido fazer política e, nomeadamente exercer funções de administração, neste caso, autárquica. O conjunto de cidadãos pode, assim, comparar com as propostas que foram apresentadas aos cidadãos, e pode assim, verdadeiramente, avaliar da execução de um conjunto de opções e de ideias que estavam vertidas nessas propostas. -----

----- Quería, Senhora Presidente, referir aqui, sucintamente, até porque boa parte destas matérias já foram, de alguma forma, debatidas no ponto anterior e têm vindo a ser debatidas nos últimos dias, referir algumas das matérias que efetivamente no orçamento, sobretudo, merecem, de facto, a nossa concordância, o nosso elogio e são obviamente razões que nos levam a apoiar e a votar favoravelmente estes documentos: -----

- Em primeiro lugar, naturalmente, e também já aqui amplamente explicado o quadro fiscal que até o PSD concorda que verdadeiramente é dos mais atrativos, é dos mais satisfatórios no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa. Se é o PSD que o reconhece, quem somos nós para dizer o contrário, quem somos nós para contradizer esse facto. -----

- Saliento, Senhora Presidente, teria que o fazer, apesar de já aqui ter sido feito a Taxa de IMI no valor de 0,3% o valor mínimo permitido pela legislação. -----

- Referir também a introdução do IMI familiar que, efetivamente, na nossa perspetiva é uma medida positiva, e que permite a beneficiar as famílias mais numerosas da cidade e, obviamente, realçar também como positiva a devolução do montante de 2,5% do IRS aos municípios. -----

- Também, muito relevante, Senhora Presidente, para a cidade e para a economia da cidade, é a manutenção de um conjunto muito amplo de isenções no que respeita ao pagamento de derrama, sobretudo para empresas com negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros, e para novas empresas que criem, pelo menos, cinco postos de trabalho, e também o apoio às incubadoras de empresas. -----

----- Sabemos bem, Senhora Presidente, que estamos numa cidade, tal como diria, enfim, o conjunto da economia do país, mas na nossa cidade, em concreto, onde boa parte dos postos de trabalho criados são-no por pequenas empresas, por empresas desta dimensão, pelo que é uma medida que ganha, na minha perspetiva, na nossa perspetiva, do Partido Socialista, uma particular relevância. -----

## DRAFT

----- E ainda, falando também de economia da cidade, sublinhar e enfatizar os prazos de pagamento que para nós é um aspeto absolutamente fulcral deste orçamento e deste documentos, o pagamento a pronto, aos fornecedores da autarquia permite efetivamente, injetar liquidez na economia, permita acudir e manter uma situação favorável de tesouraria das empresas, permite criar postos de trabalho, permite manter outros postos de trabalho, portanto, permite, no fundo, consolidar a relação de confiança que existe entre a Câmara Municipal de Lisboa e as instituições e as empresas da cidade.-----

----- De salientar, também, Senhora Presidente, como um dado muito positivo o amplo investimento público que este orçamento preconiza que, naturalmente, irá permitir à Câmara Municipal de Lisboa, desenvolver no conjunto vasto de programas e de intervenções que serão detalhados noutras intervenções do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- De referir, naturalmente, que se mantém controlada e disciplinada a despesa corrente do município que, sabemos todos, é uma condição absolutamente, essencial para a manutenção, no médio prazo, de uma trajetória de equilíbrio, de uma trajetória de consolidação das contas do município. -----

----- E por último, enfatizar, ainda, Senhora Presidente, uma redução substancial dos encargos com o pagamento dos juros que vem refletir, na nossa perspetiva, uma gestão da dívida de forma criteriosa, adequada, e muito vantajosa para o município.----

----- Senhora Presidente, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, na nossa perspetiva os principais riscos para a situação financeira e orçamental do município não decorre, na nossa perspetiva, nem deste orçamento, nem do conjunto de documentos que aqui discutimos, mas de fatores que lhe sendo conexos, poderemos classificar de uma esfera distinta e que são da esfera das relações entre o Estado e o município. E é nesse sentido que gostaria de deixar aqui expressas algumas preocupações do Grupo Municipal do Partido Socialista: -----

----- A primeira prende-se, efetivamente, com a prevista eliminação do IMT decretada pelo Governo anterior e que terá de ser necessariamente, objetivamente e a imperiosa mente, objeto de uma revisão sob pena de golpear profundamente a estrutura financeira do município e comprometer o seu funcionamento. -----

----- Não deixa de ser, aliás, curioso que o PSD vinha aqui referir que as suas propostas diziam apenas respeito a 2,5% do orçamento, quando estamos a falar aqui de uma medida tomada pelo PSD e que diria respeito a mais de 20% da receita do município.-----

----- Por outro lado, o Senhora Presidente estamos preocupados com as receitas da derrama, porque há efetivamente aqui uma discrepância muito significativa entre aquilo que é dito sobre o ritmo de crescimento das receitas em sede de IRC e as verbas que posteriormente são transferidas pela autarquia, nesta matéria. Urge, efetivamente, esclarecer esta questão, urge efetivamente indagar o porquê, deste facto, Senhora Presidente.-----

----- E, por último, referir-me-ia a uma matéria que não tendo aparentemente uma ligação direta com o orçamento, na verdade, tem na minha perspetiva um impacto

## DRAFT

muito relevante no que diz respeito à economia da cidade e à economia, enfim, às economias dos lisboetas que prende-se com a matéria da devolução da sobretaxa aos contribuintes. A verdade, Senhora Presidente, é que todos estamos bem conscientes e enfim, sabedores do que se tem passado acerca desta matéria e da autêntica fraude a que foram sujeitos os portugueses e muito em particular, a classe média, este facto é tanto mais assinalável e tanto mais de referir, aqui, na cidade de Lisboa, porque sabemos que boa parte da população, boa parte dos cidadãos que aqui vivem são, obviamente, ou pertencem, ou poderão ser enquadrados nessa classe média, alimentaram, efetivamente, expectativas legítimas de devolução de uma parte significativa do montante que, a título de IRS, lhe tinha sido cobrado e agora, uma vez a terminadas as eleições, descobrimos todos, ou pelo menos, descobrimos alguns, não sabemos, ainda, se todos descobriram agora que, de facto, boa parte dessa verba, ou a totalidade dessa verba, não será de todo devolvida aos lisboetas, ficamos por isso muito pasmados, ou muito surpreendidos, quando o PSD vem aqui fazer uma pura propaganda, quando vem aqui falar na devolução de mais meio por cento do IRS ao lisboetas, e não diz uma palavra que seja sobre uma matéria desta gravidade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Discutimos hoje, um dos principais instrumentos de gestão autárquica, e este momento reflete as várias políticas do município para o ano 2016, das quais se destacam as políticas de impostos e as políticas de investimento. Em termos gerais, um documento com poucas novidades face aos anos anteriores. Mantém com ilusão as políticas de valores baixos para o IMI, IRS e Isenção de Derrama, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade e iludir as famílias com o falso alívio das carteiras.-----

----- O Partido da Terra já tinha alertado para a necessidade de aliviar o impacto destas políticas, pois acredita que estes impactos estão muito aquém do previsto. -----

----- Em 2015, o executivo criou no orçamento um conjunto de taxas que se mantém, a saber; a taxa municipal turística e a taxa municipal de proteção civil. Em relação à taxa municipal turística, o executivo conseguiu que a Ana-Aeroportos suportasse a taxa de entradas aéreas, durante o ano 2015. Contudo, esta entidade já afirmou que, no próximo ano não o voltará a fazer. -----

----- De salientar que, em 2015, também não houve cobrança da taxa de entradas marítimas. -----

----- Para a taxa de dormidas, só em 2016, apenas está prevista a sua cobrança. -----

----- Na Idade média havia cidades francas onde se podia entrar sem pagar e outras nas quais pagava pelágio. Lisboa passará a ser uma cidade onde terá de pagar para entrar? Quais as garantias que a Câmara tem de conseguir a totalidade dos voos previstos para 2016? -----



## DRAFT

----- Relativamente à taxa de proteção civil, o Partido da Terra tem vindo a manifestar-se contra por considerar que esta taxa não tem qualquer fundamento, a não ser o de corrigir a receita em cerca de dezanove milhões de euros. Ao analisarmos os documentos, não vimos nenhum aumento substancial do investimento nos serviços municipais de proteção civil e Regimento de Sapadores Bombeiros, o que leva a suspeitar do imposto encoberto, e não uma taxa para proporcionar, determinado serviço, pelo que aguardamos pela disponibilização, nesta casa, do plano de investimentos a realizar nos próximos anos no sistema de proteção civil da cidade. -----

----- A política fiscal do município deve ser clara e simples de entender, por parte dos munícipes, e não é isso que se verifica, dado que os proprietários que também podem ser residentes, são penalizados com uma dupla tributação. São taxas e mais taxas. Se o objetivo é captar mais pessoas e empresas para a cidade, não acredito que, desta forma se cumpre esse objetivo. -----

----- Sobre a novidade da introdução do IMI familiar, o Partido da Terra considera que não faz uma diferenciação por rendimentos, só pelo valor patrimonial. O limite de duzentos mil euros por esse incentivo, no valor patrimonial, deixa de fora uma parte substancial de potenciais futuros residentes que, com um poder económico superior, passariam, eventualmente, a residir em Lisboa, dinamizando mais a cidade, e pagando cá os seus impostos. E também, incentivando o aumento da natalidade, nos já residentes. Para não falar, de uma diminuição nos custos energéticos e poluição emitida com deslocações dos que, residindo na periferia, vêm trabalhar para a cidade. -

----- Confesso que em temas estruturantes para a cidade, esperava mais de ambição por parte do executivo. -----

----- O programa de rendas acessíveis, prometido na tomada de posse do atual Presidente, apenas contempla um investimento de meio milhão de euros. Há que lembrar que é um valor insuficiente para conseguir atingir cerca de cinco mil novas famílias de classe média, para Lisboa, até ao final do mandato. Sei que é uma meta ambiciosa, mas assim será difícil alcançá-la. -----

----- Para terminar a análise do Orçamento., não podemos deixar de referenciar a valorização dos trabalhadores e das suas condições de trabalho. Embora existam algumas questões que têm de ser apontadas, nomeadamente a redução de cento e setenta postos de trabalho comparativamente a 2015, há um aumento de seis milhões em despesas com pessoal, dos quais metade, estão relacionados com prestações de serviços. Esperamos o fim destas prestações serviço no orçamento de 2017, o que significa que os procedimentos contratuais, já abertos, estão concluídos.-----

----- No que diz respeito às Grande Opções do Plano, o Partido da Terra como partido de cariz humanista, saúda o aumento de quatrocentos e cinquenta milhões de euros no eixo C, Lisboa Inclusiva, rubrica C3, direitos sociais, comparativamente a 2015, felicitando, igualmente, a subida significativa da das rubricas C4 e C5. -----

----- No eixo D, Lisboa Sustentável, o programa D4, Cidade Acessível para Todos, está mencionado completar o sistema de radar e dispositivos de controlo de velocidade. Sendo essa infraestrutura de extrema importância para a cidade, para quando a sua implementação? -----

## DRAFT

----- De relembrar que continua a existir radares, da atual rede, por reparar, e pouco ou nada foi feito para diminuir a velocidade de circulação em artérias, com, por exemplo, a Avenida da República, a Avenida Fontes Pereira de Melo, a Avenida de Berna, entre outras. -----

----- Ainda recentemente, no Campo Pequeno, houve mais um acidente grave alegadamente, envolvendo excesso de velocidade de um dos intervenientes. -----

----- O Partido da Terra, um partido de crise ecologista, pelo que saúda o investimento de cerca de dois mil milhares de euros, no programa D5, Cidade das Energias Renováveis. Gostaríamos de saber quais as energias renováveis que vão ser utilizadas, e de forma? Porque no documento das GOP, para 2016, que é praticamente, um *copy past* do ano passado, não está lá nada escrito. Será que se esqueceram de introduzir a nova matéria no programa D5? -----

----- Em suma, o Orçamento é bastante ambicioso quanto à receita, resultado de vários fatores, de onde se salienta as verbas provenientes no conjunto de taxas, com as quais não concordamos. Acresce, ainda, o facto de as GOP prosseguirem uma estratégia assente em meias intenções, praticamente iguais, ano após ano, onde áreas são desvalorizadas como, por exemplo, a cultura, cuja percentagem nem chega a 10% do Orçamento. -----

----- Face ao exposto, não podemos acompanhar positivamente, o documento.-----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, muito boa tarde a todos. -----

----- O Orçamento da Câmara para o próximo ano, totalizando 723,9 milhões de euros, sendo as receitas correntes de 526,5 milhões, as de capital, 155,3 milhões de euros e outras de 6,1 milhões. Em relação ao ano que, agora, termina, houve um aumento de receita de 25,4 milhões de euros, representando assim 3,6%, coletados maioritariamente, por via de impostos e venda de património. -----

----- Com estes números e devida distribuição, começo a minha intervenção por afirmar a intenção de voto relativamente às Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2016/ 2019, respetivo Orçamento de 2016, e Mapa de Pessoal. Estes documentos são reflexo e produto da estratégia do Partido Socialista para a cidade de Lisboa, e como é conhecido o CDS-PP não partilha da mesma estratégia para a cidade e, por isso, não podemos votar favoravelmente uma proposta que seja do ponto de vista político, e do ponto de vista estratégico, penalizadora para a cidade de Lisboa e para os lisboetas. Parece-nos que a grande aposta deste orçamento é um investimento para mostrar a todo o custo obra feita na cidade de Lisboa. Investimento, esse assente na dependência da alienação de património municipal de imóveis, ditos não estratégicos. Porém, a listagem de ativos não estratégicos para a alienação em 2016, continua sem identificação da área respetivo valor patrimonial. Inicialmente, a alienação de património serviu fundamentalmente, para diminuir a dívida do

## DRAFT

município e, deste modo, libertar recursos por via dessa mesma redução impulsionado pelo acordo da venda dos terrenos da ANA ao Estado, tendo sido, efetivamente, reduzida a dívida proveniente de uma receita extraordinária. Enquanto não forem apresentadas as contas de 2015, não nos é possível analisar com rigor se o resultado das alienações foram significativas e proporcionais na redução da dívida, mas o que sabemos é que o Partido Socialista pretende continuar a alienar para investir na cidade de Lisboa, e que aos poucos está a implantar uma ideia de cidade com a qual o CDS não se revê. -----

----- A forma de investimentos na cidade não provém só deste tipo de receita. Não ignoramos que existem diversas fontes de financiamento para o fazer, como as receitas próprias, as comunitárias entre outras. Além da divergência política estratégica para a cidade de Lisboa existem, no nosso entender, rubricas, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, que não estão devidamente justificadas, vejamos alguns exemplos:-----

----- A taxa turística, apesar de não existir ainda qualquer forma, ou acordo conhecido para a cobrança desta taxa, e devida entregue ao município, a estimativa de cobrança existe e cifra-se em 15,7 milhões de euros, representando um aumento de 124% face ao ano anterior. Como se sabe, a Ana-Aeroportos não está disponível para continuar a entregar estes fundos, o município de Lisboa. Assim sendo, o senhor vereador, qual é o plano B, ou mesmo, qual é o plano C para concretizar o objetivo de cobrança e assegurar a estimativa apresentada, neste orçamento? E mais, afinal, quem vai pagar esta taxa? São todos aqueles que vêm dormir a Lisboa? Afinal, qual é o critério? -----

----- Esta taxa turística será aplicada no fundo de desenvolvimento turístico que a ser aplicada se deve autonomizar no plano de atividades, assim como todos os orçamentos deviam atualizar a lista de identificação, de intervenções, ou melhorias na cidade, por via, deste fundo, como já acontece, por exemplo, com o Centro de Congressos de Lisboa entre outros equipamentos, apresentando o respetivo cronograma de execução. -----

----- Também não nos é possível aferir o impacto no investimento Fundo para a Reabilitação Urbana, o CDS defendeu, e continua a defender que se devia autonomizar no âmbito do plano de atividades, tal como acontece com o Plano Geral de Drenagem. E por falar de drenagem e em águas, Senhor Vereador das Finanças na discussão desta proposta em câmara, assumiu que, de facto, a única taxa que aumenta, face a 2015, são a dos resíduos urbanos e saneamento que, como todos sabemos, são cobrados com base no consumo de água. Ora, quem vive em Lisboa sentiu, em 2015, um aumento muito significativo na fatura da EPAL, e é importante não esquecer que também em 2016, a água vai novamente aumentar em Lisboa.-----

----- Também estamos com dúvidas quanto à verba inscrita e por definir no montante referente a 128 milhões de euros. Não havendo, à data, da elaboração do documento, garantias da sua concretização como é que o executivo assegura a conclusão dos projetos previstos e associados a que esta está afeta? Gostaríamos, também, de entender qual a prioridade execução face a esta cobrança da receita? Até à data, não tem sido prioritário. Existe alguma mudança nesta intenção? E quanto ao saldo de

## DRAFT

gerência, uma vez que, ainda, não se apurou o montante exato, e caso não se confirme o montante estimado, e afeto de diversas orgânicas municipais, o que não se irá concretizar se o montante for inferior? E quanto aos orçamentos participativos, confirma-se que os fundos não estão a ser utilizados para os projetos vencedores? Se sim, com que fundamentação? -----

----- Notámos, também, que a informação que acompanha as Grandes Opções do Plano 2016, é igual ao de 2015, o que para nós não tem muito sentido ser repetido ano após ano, e até ao final do mandato, pelo que o CDS-PP propõe que esta informação seja acompanhada por um cronograma de execução por eixo, permitindo maior transparência e maior rigor na análise.-----

----- Por fim, gostaríamos de saudar a introdução da medida recente referente ao IMI Famílias, pela qual o município é beneficiado ao incluir esta proposta de lei na sua estratégia, dando mais este incentivo à fixação das jovens famílias ao crescimento das famílias nossa cidade. Lamentamos, assim que tenha sido criada a limitação na aplicabilidade para imóveis com valor superior a duzentos mil euros. Bem sabemos que esta medida isolada não trará, diretamente, mais moradores para Lisboa, mas se acrescida de outras características e outras medidas que o município possa apresentar para que na hora de decidir, a população escolha esta cidade. Lisboa precisa de mais moradores, precisa de mais famílias, mais jovens, mais vida. Neste momento, as intenções expressas neste orçamento não refletem esta mesma necessidade, diria mesmo que este orçamento reflete um conjunto de meias intenções e algumas lacunas em áreas primordiais, depositadas, talvez não, mas, ainda assim, suficientes para deixar dúvidas aos que, sobre ele, se debruçam. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, terminámos esta primeira ronda de intervenções, e tenho indicação que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva irá dar algumas respostas. Peço que tenha em atenção o tempo porque, também, tenho a indicação que o Senhor Presidente da Câmara quer encerrar o debate e, portanto, pedia para gerirem o vosso tempo da melhor maneira possível.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, vou tentar ser telegráfico. -----

----- Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Cláudia Madeira, e que penso que, depois, mais alguns deputados referiram, mas esta matéria julgo que terá sido somente referida pela Senhora Deputada, que é IRU e Santa Casa da Misericórdia, que são duas coisas completamente diferentes sobre a questão da taxa municipal de proteção civil. A Santa Casa da Misericórdia é uma questão tem a ver com a legislação e, portanto, estamos numa discussão que tem a ver com todas as taxas, não tem a ver só com esta, e portanto, não é essa não há aqui nenhuma litigância associada, relativamente a esta matéria, com a com a Santa Casa. -----

## DRAFT

----- Quanto ao IRU, eu não estava à espera, sinceramente que o Bloco viesse defender o IRU, peço desculpa, o PEV, que nos últimos anos, se transformou numa espécie comissionista dos empréstimos aos municípios, e que fica com uma parte considerável, onerando, em grande medida, aquilo que são as intervenções na habitação dos municípios, por uma taxa que o próprio IRU cobra, portanto, para além de um parecer insólito que uma instituição pública antes de qualquer diálogo com um município, venha publicamente dizer, tomar uma série de posições que, sinceramente não parecem adequadas, mas a seu tempo, agora, também não o deixar de registar que houve aqui, um alinhamento astral que, agora foi, no fundo, alimentado pelo PEV, que é na quarta-feira falo ao IRU, na quinta-feira falo à Santa Casa, e na sexta-feira fala o grupo do PSD. Era uma coisa que era importante registar, não é uma cabala, é uma instrumentalização dos serviços públicos e daquilo que é o dever... muito bem, muito bem. -----

----- Um outro ponto que me parece importante, Senhora presidente, eu gostava de poder continuar.... -----

----- Eu gostava, também, de desmentir aqui categoricamente que exista, de 2015 para 2016, qualquer aumento de taxas municipais. Zero euros. Se não se importam, não continuem a afirmar uma coisa que está errada, porque uma coisa é a litigância e é a discussão política sobre as matérias, outra coisa é não ser factualmente, correto, não há um cêntimo de aumento. Portanto, se não se importam, façam-me esse favor de não dizerem algo que não está correto. -----

----- Do ponto de vista da alienação do património, eu gostava de vos dizer, muito sinceramente, que precisamos de conversar um pouco mais, porque são cometidas algumas imprecisões sobre esta matéria que eu gostava de deixar aqui já muito claras, e de manifesto completa disponibilidade para durante os próximos semanas, e quando entenderem, esclarecer-vos sobre esta matéria. -----

----- O Executivo do Partido Socialista com o “Cidadãos Por Lisboa”, e o Movimento do José Sá Fernandes, veio desde 2007, a ter um saldo positivo na maior parte dos anos entre aquilo que é a alienação de património e a aquisição de património, ou seja, em 2007, adquirimos, alienamos 13,91 milhões de euros património, e adquirimos 25 milhões património, em 2009, alienamos 7,97 milhões património, e adquirimos 12,77, em 2013, e só para dar três exemplos, alienamos 14,8 milhões de euros, e adquirimos 31,5 milhões de euros. Portanto, quando nós dizemos que alienamos património não estratégico, e valorizamos e adquirimos património estratégico, estes números mostram isso, muito claramente. -----

----- Quanto à taxa municipal de proteção civil, eu não me vou alongar como é evidente porque preciso de preservar o Senhor Presidente em termos de tempo, mas só quero dizer muito sucintamente, o seguinte: -----

----- A única contestação legal até agora apresentada e que tivemos conhecimento foi a da Associação de Proprietários Lisbonenses que já foi, devidamente, contestada, e o PSD apresenta uma coisa que, ainda, não chegou à nossa posse, portanto nós não podemos falar nela porque só sabemos dela pelos jornais, é nossa convicção que estamos a tratar de uma taxa construída de forma constitucional e legal, isso é

## DRAFT

assegurado, claramente, nas nossas alegações, que a fundamentação dos custos, aliás, eu sobre esta matéria, deixem-me dizer, que a minha perplexidade sobre números e contas com PSD tem sido total, porque como é que é possível alegar que nós só temos inscritos, no Orçamento, 3,4 milhões de euros para a área da proteção civil. Senhores Deputados e Senhores Vereadores do PSD, e quem mais seja, como é que é possível achar que com 3,4 milhões de euros de orçamento fazemos face a investimento, à inovação, e depois a 800 bombeiros? Eu sei que os senhores têm sobre a matéria salarial da Administração Pública uma forma muito própria de atuar, e desvalorizar sistematicamente, mas isto daria nas minhas contas, assim por alto, 281 euros por mês a cada bombeiro, e quer dizer, como poderão perceber para nós é completamente absurdo perceber que nem esse cuidado tiveram. É era conveniente estudarem um pouco e perceberem com alguma criticidade os números. Como é que é possível alegarem uma coisa deste género? Do que estamos a falar é que, entre investimento e o funcionamento de todo o sistema de proteção civil na cidade, estamos a falar de 35 milhões de euros anuais. Dos 18,7 milhões de euros, há 17 milhões de euros que são assegurados pelos impostos gerais do município, por tudo aquilo que é cobrado aos munícipes. E não é justo, ou melhor, para nós é muito mais justo que aqueles que mais contribuem para o sistema de proteção, para os custos do sistema de proteção civil, seja, tenham, contribuam para responder a uns custos acrescidos que eles impõem ao sistema, portanto, é importante que o Aeroporto pague mais, que a rede de gás pague mais, que os postos de combustíveis paguem mais, para quê? Para os munícipes pagarem menos. É esta que é a questão. Pagam, mas menos, Senhor Deputado. Porque se não pagar alguém, a não ser que o Senhor Deputado esteja disponível para custear o custo de todo o sistema, caso contrário, todos temos que pagar e aí, é importante que paguem mais aqueles que mais custam ao sistema.-----

----- Eu sei que a justiça fiscal não é o vosso forte, mas para nós é um ponto muito importante. Mas não queria deixar aqui, de clarificar que, apesar todo o ruído, e apesar de terem tido um ano para o fazer, vieram fazer em cima da cobrança desta taxa, portanto, eu diria que o vosso conceito de superior interesse público fica claramente posto em causa com esta atitude, porque o podiam ter feito, tiveram um ano para o fazer, um ano, vieram em cima da situação apresentar uma providência cautelar se é certo que a apresentaram porque ainda, nem a vi, mas deixem-me dizer-vos que a população de Lisboa percebeu claramente que nós estávamos a fazer uma boa iniciativa, e justa fiscalmente. Porquê? Porque já a pagaram dos 13,4 milhões de euros que eram supostos serem pagos na primeira prestação, já pagaram 12,5, eu peço desculpas se me deixarem falar, vão perceber. Assim, não vão perceber. Se não querem perceber, o melhor é não fazerem perguntas. 12,5 milhões de euros. Eu sei que é difícil de aceitar. Eu sei. 12,5 milhões de euros, porque as pessoas percebem, ao contrário do que o PSD acha, isto é uma taxa justa.-----

----- Esclarecido este ponto, eu gostaria só de rebater, também, aquilo que foi o argumento do PSD sobre a proposta que fizeram de alteração orçamental.-----

----- Nós quando falávamos de fazer uma proposta, é de política da cidade. Evidentemente, que para vocês a política da cidade é diminuir as receitas do

## DRAFT

município, porque vocês têm, de facto, uma atitude muito interessante é que quando estão no poder não baixam as taxas, não baixam os impostos. Mantêm os impostos altos, alguns os mais altos da Área Metropolitana de Lisboa, e depois quando passam para a oposição, transformam-se numa lógica muito generosa, com intuitos claramente, politiqueros, não no interesse da cidade, não no interesse de investimento da cidade, não no interesse da defesa do interesse público, mas no interesse da vossa lógica partidária de aniquilar aqueles que estão a fazer um bom trabalho, E portanto, não podemos aceitar sem uma única proposta para a cidade, sem nenhuma proposta de política para a cidade, apenas queiram diminuir os impostos com falsos conceitos. Ainda por cima, quando estão do outro lado, na Assembleia da República querem diminuir querem diminuir uma das principais receitas do Município de Lisboa, que é o IMT, e sobre isso não falam, porque vocês atuam em toda a linha a diminuir as receitas municipais, e era importante que falassem nessa altura. Adiaram-no mas não acabaram com ele. -----

----- Deixem-me dizer-vos que nós só para pagarmos o que vocês cá deixaram, fizemos imenso trabalho. -----

----- Não posso terminar, Senhora Presidente, e peço desculpa pelo tempo que estou a utilizar, mas não podia deixar de dizer, e para terminar, que de facto, quando vos interessa, só olham a um conjunto enorme de diplomas legais que enquadram a construção orçamental. E vêm alegar que há aqui ilegalidade na construção do orçamento. Pois eu digo-vos que não há. E estamos muito convictos disso mesmo. Mas a questão importante aqui, é que os Senhores só olham para o que vos interessa, só olham, neste caso para o Orçamento de Estado, ignoram a Lei do Enquadramento Orçamental e o que ela diz sobre um conjunto de princípios, ignoram, igualmente, a transparência orçamental quando sabe que há uma receita associada, ignoram, aliás, tudo aquilo que não vos interessa, e só acentuam aquilo que é uma vertente que serve os vossos objetivos. Aliás, não posso terminar sem dizer que isto a mim, me lembra a abordagem que tem sido muito típica do PSD, nos últimos anos, que é são sempre mais “troikistas” que a própria troika, mais legalistas que a legalidade, no vosso interesse, no vosso projeto político de destruição daquilo que é público.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, e na defesa da honra da bancada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo. -----

----- O Senhor Vereador Saraiva é um vezeiro no insulto, na má criação, na falta de educação e na utilização de termos nada próprios no debate parlamentar. E não é só aqui, na Assembleia, nas comissões, enquanto todos os Senhores Vereadores, normalmente, são reuniões em que o Senhor Vereador é convidado, portanto, há uma relação muito próxima entre os Deputados e os Senhores Vereadores, são simpáticos, nós partilhamos ideias, discutimos, afrontamos raciocínios e critérios, mas nunca se atinge a seborreia e a má criação que o Senhor Vereador Saraiva aqui demonstrou. Em face disso, Senhora Presidente, o PSD abandona esta reunião.”-----

## DRAFT

----- (O Grupo Municipal do PSD apresentou o seguinte **Voto de Defesa da Consideração da Bancada e de Protesto**):-----

----- “O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao Voto de Defesa da Honra e Consideração da Bancada e de Protesto com enunciação apresentada no Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 24 de Novembro de 2015. -----

----- 1. O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou o VOTO em epígrafe, na sequência de reiteradas expressões e declarações injuriosas para a Bancada do seu Grupo Municipal, proferidas pelo Vereador das Finanças João Paulo Saraiva, durante o Plenário da Assembleia Municipal de 24NOV15, nomeadamente aquando da apreciação da Proposta n.º 610/CM/2015 – Grandes Opções de Plano para o quadriénio 2016-2019, Orçamento e Mapa de Pessoal, que constou do Ponto 6. do Período da Ordem do Dia, da 87.ª Convocatória, relativa à 5.ª Sessão Ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Lisboa (2.ª Reunião). -----

----- 2. A Comunicação Social fez eco de declarações do Vereador que anteriormente dissera, a propósito de críticas por várias entidades à novel Taxa Municipal de Proteção Civil, ter ocorrido um alinhamento astral brutal, mas perante a Assembleia foi mais longe e falou numa instrumentalização dos serviços públicos, por parte do PPD/PSD, dando conta da sua perplexidade com os números e contas apresentados pelo PSD, criticando-o pelo que entende ser a sua lógica de aniquilar aqueles que estão a fazer um bom trabalho e que quando estão no poder não baixam as taxas e os impostos e quando passam à oposição, têm uma lógica muito generosa, tendo essa atuação intuitos claramente politiquieiros. -----

----- 3. Esquecendo a peculiar semântica que o Vereador utiliza nas suas intervenções, o facto é que essas declarações constituem calúnias, insinuações e pura maledicência, ao lançar suspeitas de instrumentalização política dos serviços públicos, o que é uma total falsidade e constitui um intolerável insulto à Direção de Bancada e ao Partido que esta representa. -----

----- 4. O Voto apresentado em nome da Direção de Bancada, com base nas disposições conjugadas da al.ª c) do n.º 1 do Art.º 15.º, do n.º 1 do Art.º 47.º, das al.ªs d), h) e k) do n.º 1 do Art.º 51.º, dos n.ºs 1 e 3 do Art.º 60.º e ainda do n.º 1 do Art.º 61.º, tudo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o Mandato de 2013 a 2017, sublinha o facto de o Vereador ser useiro e vezeiro no insulto, na má-criação e falta de educação, a que a Mesa não pôs cobro como era de sua regimental obrigação, nos termos do n.º 3 do Art.º 55.º do mesmo Regimento. -----

----- 5. Acresce que esses insultos e calúnias foram perpetrados perante e ao lado do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que, pela sua atitude de passividade e declarações posteriores de que as propostas do PSD não podem ser levadas a sério, destinando-se a delapidar as finanças municipais, a troco de o PSD aparecer de uma forma simpática aos olhos da opinião pública, terá de ser considerada como de aceitação e permissão das posições e declarações desse Vereador. -----



## DRAFT

----- 6. *Perante tais factos, aos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, nada mais restava senão abandonar os trabalhos, o que todos fizeram.*-----

----- 7. *O presente Voto, deve ser anexo à Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Lisboa (87.ª Convocatória; 2.ª Reunião).*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, terão que ouvir a resposta, naturalmente.-----

----- O PSD abandona a sessão e a mesa vai fazer uma verificação de quórum. Naturalmente, terão falta. E vamos ver se mantemos o quórum, ou não. Vamos ver se temos quórum para continuar a sessão, ou não. A lista está pronta, eu disse que era só às dezoito horas e trintas minutos, mas vai ser mais cedo para fazermos a verificação de quórum.-----

----- Enquanto isso, prosseguimos com os trabalhos.-----

----- E peço aos serviços que providenciem pessoas para irem recolher as assinaturas para evitar que os Senhores Deputados se levantem. Vão providenciar as assinaturas junto dos Senhores Deputados que estão sentados, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “É mais do que responder, até porque não sei ao que estou a responder, eu queria pedir o esclarecimento, mas tem que ficar em ata porque dado que não é possível pedir às pessoas a quem tinha de pedir, porque este sentido de democracia é este que nós vemos, e de educação.-----

----- E, no fundo, o que eu queria pedir, perguntar era de facto, no que é que eu ofendi algum dos deputados, em particular, ou o próprio Deputado Vítor Gonçalves, ou a bancada do PSD. Não tenho, por hábito, ofender ninguém, agora não aceito é lógicas únicas, e pensamento único, teremos o direito de o expressar livremente, e cada um tem o seu, e eu debato-me muito pelo meu.-----

----- Muito obrigado. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado Senhor Vereador. Vamos prosseguir.-----

----- A Senhora Segunda secretária deixou-me aqui, as anotações. Portanto, terminou a primeira ronda, já ouvimos o Senhor Vereador e os Senhores Deputados do PSD abandonaram a sala, estamos a fazer uma verificação de quórum e visualmente, eu penso que estamos com quórum na sala, visualmente parece-me mas já vamos verificar.-----

----- Entramos na segunda ronda. Estava inscrito o Senhor Deputado Vítor Gonçalves que abandonou a sessão, pelo que não pode falar. Portanto, agora tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ainda sobre a Proposta nº 610/2015 e mais concretamente sobre os Planos das Empresas Municipais de Lisboa para 2016, “Os Verdes” gostariam de destacar as seguintes questões:-----

## DRAFT

----- Algumas das Empresas Municipais de Lisboa, tanto a EMEL, como a Gebalis e a Lisboa Ocidental SRU, parecem, em princípio, conseguir prever resultados positivos, de acordo com os seus Planos de Atividades e Orçamentos para 2016. -----

----- No caso da EMEL parece fácil, pois para 2016 a empresa prevê a criação de cerca de mais 4 mil lugares de estacionamento na via pública, que providenciarão um acréscimo no volume dos lucros, prevendo-se assim atingir um montante acima dos 32 milhões euros, e apontando para um lucro de cerca de 207 mil euros em 2016. -----

----- Por seu turno, a Gebalis prevê a realização de um conjunto de reabilitações em bairros municipais, pelo que tenciona apresentar uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de 2020, em complemento dos cerca de 40% das receitas da empresa resultantes dos subsídios à exploração provenientes dos contratos-programa rubricados com a CML. A empresa prevê obter desta fonte, em 2016, uma verba aproximada de 13 milhões euros, enquanto as rendas dos moradores dos bairros municipais geridos pela Gebalis consideradas incobráveis tiveram, no ano passado, uma redução de 3,2 milhões euros. Apesar de tudo, a empresa aponta para um resultado positivo de 153 mil euros em 2016. -----

----- Já para a Lisboa Ocidental SRU, o Plano para 2016 inclui, em anexo, uma minuta de Contrato-Programa a celebrar em 2016 com a CML, onde, na sua Cláusula 2ª, está prevista a atribuição de uma comparticipação pelo Município de 230 mil euros. Porém, não é claro porque no quadro 6.4 ‘Orçamentos de Tesouraria’ dos Instrumentos Previsionais, consta ainda outro Contrato-Programa com uma verba adicional de 20 milhões euros, de eventuais subsídios à exploração, que não constam no referido Contrato-Programa original. Não parece assim difícil prever-se para 2016 um lucro de 3 mil euros, que acompanham anteriores resultados positivos obtidos em anos anteriores. -----

----- Ainda no citado Contrato-Programa, nas suas Cláusulas 3ª e 4ª, e à semelhança de outras empresas municipais, são descritos os indicadores de medição de eficácia e de eficiência, mas no balanço da gestão em curso nunca é apresentada a avaliação obtida em anteriores períodos de gestão, ficando por determinar se terá sido ‘muito eficaz’, ‘eficaz’ ou ‘ineficaz’. -----

----- “Os Verdes” estranham também o facto de a área de intervenção da SRU estar agora a alargar-se a outras áreas de Lisboa, que não a óbvia e inicial zona ocidental, prevendo-se que participe, por exemplo, na reabilitação do MUDE na Rua Augusta, bem no coração da capital. Será que o executivo pretende que a SRU se substitua à recém-extinta EPUL para intervenções um pouco por toda a cidade? -----

----- Finalizemos destacando a posição da EGEAC, que aparenta encontrar-se num impasse. De acordo com a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2016 efetuada pela vereação na AML, as vendas e prestações, embora superiores às dos exercícios anteriores, “não cobrem pelo menos 50% dos gastos totais”. Também “o peso contributivo dos subsídios é superior a 50% das suas receitas”. Estima-se ainda que tanto “o valor do resultado operacional”, como “o valor do resultado líquido” sejam negativos. -----

## DRAFT

----- Aliás, apesar de o subsídio à exploração a conceder pela CML em 2016 vir a ser aumentado em 500 mil €, prevê-se mesmo um resultado nulo no próximo ano, de acordo com o próprio parecer do fiscal único, quando em 2014 se registou um lucro de 700 mil €.

----- Ora, de acordo com a legislação para o sector empresarial, os três critérios de sustentabilidade a garantir deverão ser os gastos gerais não ultrapassarem 50% do volume de negócios, o peso dos subsídios de exploração não serem inferiores a 50% das receitas e, finalmente, obterem um resultado operacional positivo.

----- Pergunta-se: o que deverá então acontecer se se confirmar que os Instrumentos de Gestão Previsional para 2016 das Empresas Municipais de Lisboa não atingirem aqueles patamares? E porque continua a CML a transferir, ainda no caso da EGEAC, equipamentos que poderiam estar sob a sua tutela, como é o caso das Galerias Municipais e do Ateliê-Museu Júlio Pomar? Não constitui esta opção um progressivo esvaziamento do pelouro da Cultura?

----- A outra questão anterior, teria sido se, de facto, com este avanço da SRU Ocidental para outras zonas da cidade, para incluir o MUDE, etc., etc., se por acaso o Executivo pretende que a SRU se substitua à recém-extinta EPUL, para intervenções um pouco por toda a cidade.

----- Muito obrigado”

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Quero, em primeiro lugar, saudar o Senhor Vereador João Paulo Saraiva e toda a equipa da Direção Municipal de Finanças, o Senhor Diretor Municipal de Finanças e toda a sua equipa, pelo trabalho de preparação do orçamento da cidade, de todos os instrumentos associados de todas as empresas municipais, saudá-los pela qualidade do trabalho apresentado, e pelo facto de este ser um bom orçamento para a cidade. E é um bom orçamento para a cidade porque consegue conciliar uma política fiscal das mais atrativas do país, e certamente, a mais atrativa da Área Metropolitana de Lisboa, com um reforço e um crescimento da política de investimento nas áreas críticas do programa de governo da cidade. É isto, no fundo, que este orçamento trás; impostos baixos, taxas das mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa e, ao mesmo tempo, maior investimento nas áreas prioritárias da cidade, do Plano Geral de Drenagem à habitação, à pavimentação, ao apoio social. É por isso, um bom orçamento e quero, por isso, saudar de forma muito clara todo o esforço e empenho do Senhor Vereador João Paulo Saraiva e de toda a sua equipa, por hoje, nos trazerem para ser apreciado um documento de tamanha qualidade.

----- Quero, em segundo lugar, fazer uma leitura deste debate que, hoje, aqui se passou, porque este debate é um debate importante. O debate do orçamento e o debate das Grandes Opções do Plano, é dos momentos altos da vida da cidade, é dos momentos altos da vida da Assembleia Municipal, e nós, hoje, podemos fazer uma leitura de todo este debate e das várias posições políticas.

----- A primeira constatação que gostaria de fazer, olhando para esta bancada deserta que é a bancada do PSD, é que verdadeiramente só estão menos dois Deputados do que no último Debate do Estado da Cidade, só estão menos dois, e se calhar,

## DRAFT

porventura, entre dois e zero, é que nós vemos bem o real contributo do PSD, não só para o debate do orçamento, mas também para a construção da política da cidade. É que, de tudo o que ouvimos e das reais apreciações, verdadeiramente, não sobre nada de útil e de eficaz para a governação da cidade.-----

----- E vamos ser claros sobre a argumentação e sobre as propostas políticas. Porque, a verdade, é que aquilo que a direita propôs, o que o PSD propôs para a governação da cidade, com franqueza, não pode ser levado a sério. Porque aquilo que propõem em matéria orçamental como aqui foi bem dito, não é uma proposta política, não é nenhum projeto, é simplesmente delapidar as finanças municipais a troca do parecer de forma simpática aos olhos da opinião pública. Porque, no fundo, o que é que dizem? No fundo dizem que nós estamos a fazer uma proposta financeiramente, neutra, menos impostos e menos despesa. Bom, começa pelo simples facto que os mesmos que fazem uma proposta de menos impostos na cidade fizeram-no, exatamente, ao mesmo tempo em que andavam de bandeira em punho a dizer “mais impostos no país”. Mas quando aqui fazem, fazem uma proposta de diminuição de impostos que não é acompanhada, que repete, aliás, a tese estafada, falsa, coberta, denunciada, que tudo isto se compensa com cortes nas gorduras do Estado. Onde é que vêm os cortes? Dizem que mantêm uma Taxa de Proteção Civil, agora com outro nome, indolor, porque não toca nas pessoas, mas a compensação são os mesmíssimos cortes nas aquisições de bens e serviços.-----

----- Isto não é uma forma séria de fazer política, não é uma forma consistente de apresentar uma alternativa de governação da cidade ao qual acrescem, aliás, uma diminuição do IRS.-----

----- Por isso, nós temos uma política de aumento de impostos que a governação PSD impôs no país, temos, ao mesmo tempo, a não defesa dos impostos municipais em sede de Assembleia da República, e temos, e pasme-se, na Assembleia Municipal de Lisboa a proposta de delapidação do orçamento, que tanto custou a equilibrar na Câmara Municipal de Lisboa a troco, unicamente, não de uma política orientada, mas simplesmente tentar um ganho de simpatia. É isto que o PSD tem, neste momento, a oferecer à Cidade de Lisboa.-----

----- E não é bem tudo porque também, está a oferecer outra coisa e que é a continuação da política de casos, de histórias e agora, também, de falsidades, relativamente às várias áreas de governação. E continuemos na área fiscal para que tudo fique bem clarificado.-----

----- A Proteção Civil não é uma responsabilidade exclusiva da Administração Central. A Lei é muito clara, a Proteção Civil é uma responsabilidade da Administração Central, da Administração Regional, da Administração Local, das entidades privadas, dos cidadãos. E a Lei expressamente, define que os Serviços da Proteção Civil devem ser cobertos os seus custos, e que devem ser cobertos de forma adequada, e quando nós lançamos uma Taxa da Proteção Civil com o valor que lançamos, ele está abaixo dos custos reais que há com a Proteção Civil da cidade. A não ser que alguém queira imaginar que nós fazemos a proteção civil da cidade sem bombeiros. Porque é verdade, que se nós fizermos a proteção civil da cidade e

## DRAFT

retirarmos o Regimento de Sapadores de Bombeiros, é claro que dezoito milhões seriam excessivos, e estou tentado a concordar. Bom, aliás, se acabássemos com tudo, qualquer valor é excessivo. Mas não é uma forma séria de se fazer este debate. A forma séria de se fazer este debate é muito simples, nós temos um dos melhores sistemas de proteção civil que o país dispõe, um sistema de proteção civil que tem protegido a cidade de Lisboa, ajudado à proteção da Cidade de Lisboa, e que tem ajudado à proteção do país e também, emissões de destaque no estrangeiro, mas tem um custo muito significativo para os cofres da cidade, e que a opção pela criação de uma taxa é também uma opção de defesa da qualidade e da garantia destes Serviços de Proteção Civil para o futuro. Porquê? Porque nas taxas só podem ser criadas e só são legais a sua manutenção na medida em que se vá verificando, continuamente, a ligação entre aquilo que é cobrado e os custos que são incorridos. Significa que as receitas arrecadadas com a Taxa de Proteção Civil só têm um destinatário, o Serviço de Proteção Civil da cidade. É por isso que esta taxa protege os cidadãos, a cidade, porque nos permite ter melhores Serviços de Proteção Civil e assegurar que estes serviços ficam imunes, mais imunes, a dificuldades orçamentais que o município possa ter num outro contexto, que não este. -----

----- Mas vamos, também ao concreto sobre o debate da taxa agora, este ano porque é verdade, e é importante realçar aquilo que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva aqui realçou, é que não há um euro de aumento de custos no ano de 2016 em Taxas Municipais, porque a verdade, é os que estão hoje a pagar a Taxa Municipal de Proteção Civil não irão pagar este ano a Taxa de Conservação de Esgotos. Esta é que é a verdade. Por isso, aquilo que em 2016 terão é neutro do ponto de vista do aumento das taxas da Câmara. Houve um aumento sim, houve um aumento no ano passado. E houve um aumento que foi aqui, defendido, que foi debatido, que foi assumido, que foi explicado, que foi quantificado. Todos, o Presidente António Costa, à época, e eu enquanto Vice-presidente e responsável pelo Pelouro das Finanças, assumimos com total clareza os aumentos, onde é que eles se colocavam, de onde resultavam, e qual era a situação gerada. Mas isso, foi no ano passado. Este ano a fatura da proteção civil está a chegar, no exato valor, exatamente o mesmo valor do valor que não chegará na Taxa de Conservação de Esgotos. -----

----- O que isto nos deixa é que Lisboa tem das posições mais competitivas, em matéria fiscal, de toda a Área Metropolitana, e mesmo especificamente, na matéria de taxas é o quinto município com as taxas mais baixas de toda a Área Metropolitana. ----

----- Nós temos, aliás, um sistema de taxas para os dois serviços que gerimos, saneamento e resíduos, e estou a ser rigoroso, porque se juntássemos a água que o Município de Lisboa não gere, mas que os municípios ao lado gerem, a posição de Lisboa, ainda, melhoraria mais. Mas nós temos, relativamente aos serviços que gerimos, o quinto tarifário mais baixo dos dezoito da Área Metropolitana de Lisboa, e temo-lo com um nível de tarifas que assegura os recursos para fazermos os investimentos que necessitamos, quer num, quer noutro setor. E conseguimos fazer isto com o nível de impostos mais baixo de toda a Área Metropolitana de Lisboa e conseguimos fazer isto tudo e manter uma política de reforço de investimento nas

## DRAFT

áreas centrais. Esta é a verdade financeira, esta é a verdade do orçamento de 2016, e talvez esteja aqui a razão principal porque a bancada do PSD aproveitou para sair deste debate, porque contra os factos do orçamento não há particulares argumentos. E nós temos tido uma política que repõe o equilíbrio orçamental do município, assegura a sua estabilidade orçamental, protege-a do ponto de vista das oscilações, protege-a acima de tudo de decisões alheias, a política de taxas do município protege o município de decisões arbitrarias da Administração Central sobre as receitas do município, e é um bom princípio que nós temos seguido, e é um bom princípio que se vai manter no futuro. -----

----- Quero, também, neste debate fazer um destaque em relação à intervenção do Deputado do BE que aqui colocou sobre a política de habitação, porque é um debate importante o debate sobre a política de habitação, é mesmo dos debates mais importantes do ponto de vista da cidade. -----

----- Quero dizer-lhe que discordo da análise que faz e da leitura que faz do que tem sido a ação do executivo, e acima de tudo, o que é que é este orçamento em matéria de habitação. -----

----- Nós temos desenvolvido, e o município tem uma intervenção muito forte no desenvolvimento da habitação social. Hoje quem conhece a realidade de Lisboa e do país, que mérito de muitas governações à esquerda na Cidade de Lisboa, o património construído em matéria de habitação social deve-nos orgulhar enquanto forças políticas que deram resposta a um grande desafio que assolou, fundamentalmente, a sociedade portuguesa no pós 25 de Abril. Mas, a verdade, é que nós continuamos a zelar por esta política, e se o Senhor Deputado vir com atenção o que está previsto neste orçamento é um plano de investimento na reabilitação dos Bairros Municipais que vai permitir tocar, tão só, quarenta e três mil municípios na Cidade de Lisboa. Sabe o que isto significa? Isto vai permitir tocar a casa de cerca de 50% dos residentes na habitação social em Lisboa. -----

----- E quando o Senhor Deputado diz que nós não fazemos nada relativamente à habitação, eu não sei como pode desvalorizar, mas nós vamos com este programa de habitação recuperar as habitações de metade dos inquilinos da Câmara Municipal de Lisboa que residem em Habitação Social. Mas, há mais. Se o Senhor Deputado vir bem, este orçamento concretiza aquilo que é uma inscrição e uma das bandeiras fundamentais do programa com que nos candidatamos às eleições que é a qualificação, que é a construção nova no Bairro Padre Cruz e no Bairro da Boavista. Faz parte do programa eleitoral, e é uma das bandeiras fundamentais a construção de mil novas habitações tendo em vista requalificar e pôr fim às situações mais precárias da habitação de alvenarias que existem, quer no Bairro Padre Cruz, quer no Bairro da Boavista. -----

----- Pois é, Senhor Deputado, é que se for ver ao terreno, as obras num, já começaram, e no outro começam antes do final do ano. E se abrir bem as páginas deste orçamento, vê neste orçamento, tal como vê nas Grandes Opções do Plano, como vê no Plano Plurianual de Investimentos, as verbas todas necessárias para que nós possamos cumprir o nosso compromisso, e o nosso compromisso é a construção

## DRAFT

de mil habitações para erradicar o que são as formas mais precárias da atual habitação municipal. -----

----- O Senhor Deputado diz, ainda, um ponto que é o seguinte: “mas precisávamos de mais escala noutros segmentos de intervenção na habitação...”, e eu concordo, concordo que nós precisamos de mais escala, por isso nós estamos a desenvolver o Programa da Renda Acessível, e por isso é que é o nosso compromisso até ao final deste ano, podermos apresentar um modelo para o desenvolvimento desta habitação, porque, de facto, é preciso escala para poder intervir no ponto de vista de fixação dos preços de mercado. E desengane-se, eu acho que é um engano, pensar que é numa base pontual de património isolado e disperso, que nós vamos ter capacidade de intervenção no preço de mercado. Não vamos. Por isso, é que nós lançámos o Programa da Renda Acessível, por isso lhe atribuí a centralidade que lhe atribuí, no discurso de tomada de posse, porque creio que é um programa absolutamente, vital nós dispormos deste instrumento que não se destinando aos segmentos de habitação social, porque não é a esse que se destina, destina-se a segmentos de classe média que através dessa intervenção nós passamos não só criar um número já significativo de habitações mas, fundamentalmente, com essa escala criar uma força que consiga conter, induzir ou intervir, sobre a forma de fixação dos preços de mercado. É esse o nosso objetivo. E se formos bem-sucedidos, é evidente que este programa irá ser ampliado, agora, nós temos que ter a humildade de perceber que estamos a entrar num terreno de políticas públicas novas porque durante várias décadas houve uma insuficiência de políticas públicas de habitação, e que nós estamos a criar algo novo, estamos a criar algo com escala, com intensidade, num mercado de arrendamento, no mercado de arrendamento acessível. E é por isso que nós estamos a desenvolver o trabalho com maior rigor possível para podermos lançar duas experiências piloto na reabilitação por um lado, e também na construção nova de estar no mercado do ponto de vista das condições de investimento para a realização de um empreitada deste tamanho porque, Senhor Deputado, vamos falar com clareza, se alguém defende que toda esta política só se fizesse dependendo da disponibilidade dos cofres financeiros dos municípios, olhe, ficávamos desde já a saber que quem propunha a eliminação de uma Taxa de Proteção Civil e a diminuição das suas receitas não estava a ajudar para este objetivo. Com realismo, este objetivo só pode ser feito em parceria do município com a Administração Central e com o setor privado. E é este o modelo que estamos a desenvolver, é este o modelo que apresentaremos publicamente, que apresentaremos na Assembleia Municipal, que discutiremos, que testaremos do ponto de vista das soluções porque nós pretendemos que ele tenha sucesso, e se ele tiver sucesso será uma mudança radical nas políticas de habitação da cidade e dar-nos-á confiança para que, então sim, alargarmos a escala da política de habitação, porque creio que este é um ponto de grande importância para cumprirmos, e atingiremos dois grandes objetivos que temos, o primeiro de termos mais pessoas na Cidade de Lisboa, e o segundo de termos a Cidade de Lisboa uma cidade mais justa, mais equitativa, que seja o espaço de acolhimento de todos e não daqueles que têm posses para poder pagar habitações a preço de mercado. -----

## DRAFT

----- Termino como comecei, com uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para este documento, e dizer a minha satisfação em sentir questão que temos, com o Orçamento e com as Grandes Opções do Plano, temos os instrumentos fundamentais para a continuação de uma governação bem-sucedida do ponto de vista financeiro e do ponto de vista programático. -----

----- Do ponto de vista financeiro, porque ela assenta no equilíbrio entre despesas e receitas correntes, e porque ela nos permite reforçar e alicerçar a nossa política de investimento que ganha, este ano, um novo ímpeto e um novo folego face a anos anteriores. Uma política de alienações de património que se destina a apoiar a redução da dívida, mas onde já entramos numa fase de reforço da política de aquisições. Porque as proposta que nós já aqui trouxemos, para muitos dos Senhores deputados que estão mais atentos, já têm, e já são mais os valores das aquisições dos que os valores das alienações. Agora, o que nós não abdicamos é, não só, ter as finanças equilibradas, fazer a redução da dívida do município, mas também fazermos aquilo que é mais importante com o nosso património que é uma gestão racional, uma gestão inteligente, que só uma gestão ativa do património permite. O património acumulado, empilhado, de forma desconexa, de forma não criteriosa, não serve nada mais do que, simplesmente, o desmazelo da cidade e nem sequer, ou talvez sirva algo para algum registo na contabilidade da Câmara. -----

----- O que a cidade necessita é de uma Câmara que tenha a coragem e o arrojo de uma gestão ativa do património. -----

----- O “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, aproveitando a procura que exista para recuperar zonas da cidade, a venda de lotes para urbanização quando se justifica, e há mercado, e que permite fazer o desenvolvimento da cidade e de zonas da cidade, a alienação de lotes para a construção de equipamentos que serão tão necessários à vida da nossa cidade, mas também, as aquisições que o município necessita para as suas próprias instalações, como há pouco tempo, foi o caso, as aquisições que aqui, em breve, vamos discutir para algo tão ambicionado por todos, a Nova Feira Popular de Lisboa, a melhor, a terceira casa da Feira popular de Lisboa, mas também aquisições que teremos de fazer para o Programa da Renda Acessível, para a consolidação de lotes de reabilitação urbana e também, para a própria habitação social e municipal. -----

----- Entramos, pois, numa nova fase em que podemos fazer esta gestão dinâmica, também, do lado das aquisições, mas uma gestão da qual nós não abdicaremos a bem do desenvolvimento da cidade. -----

----- É pois este, um orçamento que nos vai permitir avançar naquilo que nos comprometemos, no Plano de Drenagem, no Plano de Pavimentação, na Habitação Social, na Renda Acessível, na Ação Social, no Programa Escola Nova, no apoio aos mais desfavorecidos, nas políticas sociais, nas políticas de cultura, em todas as áreas do nosso programa que nos vais permitir avançar, mas vai-nos permitir, ao mesmo tempo, ter a confiança de que nós manteremos as contas da Câmara equilibradas, e de que somos credores de uma nova gestão pública, que somos credores de o apoio à Cidade com prazos de pagamentos nunca vistos na história da Câmara Municipal de



## DRAFT

Lisboa, e conseguimos compatibilizar isto de forma total e de forma plena com este Orçamento.-----

----- É pois, um bom Orçamento ao serviço da cidade e dos lisboetas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “A Mesa informa, relativamente à verificação de quórum, com efeito, para além dos dezasseis Deputados do PSD que não estão, há apenas mais dois Deputados que não estavam, o qual um deles vejo que está a entrar na sala, apenas está um Deputado em falta, e portanto, estamos em condições de prosseguir, temos cinquenta e oito Deputados na sala, e vamos, então, pôr à vossa consideração a **Proposta nº 610/CM/2015**, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal. A proposta tem vários pontos e que queria lembrar que ninguém pediu a votação em separado, quero só esclarecer que estamos a votar várias coisas, o ponto número um são as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio e o Orçamento para 2016, o ponto dois é a autorização para Compromissos Plurianuais desde que não exceda um limite de cem mil euros e que estejam inscritos nos planos e programas e nas Grandes Opções do Plano, o ponto número três que é a aprovação do Mapa de Pessoal, e o ponto número quatro que é a autorização para inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma, e não se pretenda aumentar o valor global do Orçamento, porque se houvesse aumento do valor global teria que haver, naturalmente, uma revisão.-----

----- São estes os quatro pontos que vamos pôr à vossa consideração. A Mesa vai colocar à votação a **Proposta nº 610/CM/2015**. Votos contra do PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT, abstenção do PAN, e votos a favor do PS, PNPB e 6IND. A **Proposta nº 610/CM/2015** foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DO PONTO Nº 3 DA PROPOSTA Nº 617/CM/2015 – CONTRATO PROGRAMA COM A EGEAC, EM, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO NÚMERO 3 DO ARTIGO 32º, E DO Nº 1 E Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 617/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão, Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 2/87**, resultante do **Parecer** da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

## DRAFT

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, queria felicitar a Câmara pela apresentação atempada dos Planos de Atividades e Orçamento das Empresas Municipais, o que permitiu, e permite, uma análise mais detalhada e um melhor acompanhamento destas matérias. No essencial, e referindo-me à generalidade destas empresas, as previsões contidas nos documentos apontam uma linha de continuidade com as atividades dos últimos anos. Do ponto de vista da situação económica e financeira, estas empresas têm vindo a ter uma evolução globalmente positiva. -----

----- Focando, agora, a EGEAC que é a proposta que estamos, neste momento, a discutir, prevê-se uma subida generalizada no número de frequências das diferentes unidades orgânicas, com exceção do Teatro Maria Matos, devido ao aumento do fluxo de turistas que se repercutirá no crescimento das receitas próprias na ordem dos 7%, um dos aspetos que salientam é o da consolidação das atividades das galerias municipais e do Atelier-museu Júlio Pomar recentemente transferidos para a esfera da empresa. Na previsão do acréscimo de atividade, é destacado o projeto no Castelo de São Jorge, um projeto internacional no Teatro São Luiz condicionado à angariação do respetivo patrocínio, bem como as festas e outros eventos com a inclusão do Arraial Pride, e a programação do Intendente em Festa. Este aumento de atividade implicará um acréscimo de 12,8% na rubrica de fornecimentos e serviços externos, enquanto as despesas com pessoal também sobem neste caso, devido à previsão de redução de 40% da redução remuneratória que se prevê para a função pública. -----

----- Estima-se que os subsídios à exploração concedidos pela Câmara aumentem em 500 mil euros, e prevê-se um resultado nulo em 2016, face às contas que são apresentadas.-----

----- Esta empresa e, para além agora destes aspetos, eu iria apresentar aquilo que consideramos mais negativo nesta proposta. Esta empresa representa, para nós, um caso paradigmático do que pode significar o esvaziamento da vereação, no caso da Cultura, nas questões culturais na cidade, na definição das suas políticas e prioridades. A grande maioria da oferta cultural é da responsabilidade o que não permite acompanhar e debater a sua programação e a oferta. -----

----- Saliento, e isto é muito importante para nós, também, que não está em causa a qualidade e diversidade da oferta cultural, nem o trabalho que vem sendo desenvolvido bem visível nas numerosas iniciativas que são levadas a cabo. Está assim em causa o esvaziamento de um pelouro, o que não consideramos correto, portanto, isto é, está em causa um esvaziamento de um pelouro, da capacidade de administração direta da atividade cultural, por parte da Câmara, que deveria dar uma maior atenção às dinâmicas locais culturais ou recreativas, por forma a promover o seu desenvolvimento em favor das populações.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

## DRAFT

----- “Sobre estas matérias não posso deixar de fazer referência à recente nomeação de um ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa para Ministro da Cultura, competências que vemos com expectativa as próximas ações, relembra que, por um motivo histórico que foi Vereador da Cultura de 90-95, numa altura em que Miguel Portas, um saudoso amigo, era assessor de Jorge Sampaio e deixo aqui a nota histórica.-----

----- Nós acompanhamos, de certa forma, uma avaliação positiva da ação da EGEAC e temos contudo, uma preocupação sobre a sua política estratégica, não tanto financeira, enfim, a política municipal de Cultura é sempre muito ingrata de discutir porque está sempre, o efeito da política nacional sobre política municipal nesta área particularmente, nefasta. Aliás, a ausência deste Grupo Parlamentar do PSD num dia em que o novo Governo toma posse, é representativo da falta e vácuo das políticas culturais que os últimos 4 anos a provocaram no país. De quando 75% do investimento público em Cultura caiu em 4 anos, e é para 0,1% do financiamento.-----

----- Mas os constrangimentos, tal como é claro nas atas de discussão em Reunião de Câmara sobre próximo contrato-programa, os constrangimentos do novo quadro legal sobre empresas municipais afetam, também, a EGEAC, mas há de certa forma uma assunção estratégica de uma imposição do Governo nos últimos 4 anos que a submissão de políticas culturais, uma pura política turística. A preponderância no plano estratégico é excessiva e as políticas culturais estão excessivamente dependentes de uma captação de turistas, aliás, é um milhão de turistas que se pensa captar nesta, neste plano estratégico para financiar as novas obrigações da EGEAC, e consideramos que essa opção põe em causa, de certa forma, uma estruturação de políticas públicas consistentes numa perspetiva de democratização cultural. Não podemos deixar de deixar esta nota, aqui, nesta assembleia.-----

----- As políticas de proximidade foram vistos como o bilhete de suspenso como o exemplo de políticas de proximidade e não podemos deixar de referir que, enfim, não tendo nada contra o bilhete suspenso, e tal não sustenta uma política democratização cultural de fruição cultural.-----

----- Aqui deixamos esta nota. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Não há mais Senhores Deputados inscritos nesta proposta. É apenas o ponto número três da **Proposta nº 617/CM/2015** que está em apreciação, dado que os outros pontos são da competência da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, a mesa vai pôr à votação o ponto número 3 da Proposta, 617/2015. Votos contra do PCP, CDS-PP e PEV, abstenções do BE, PAN e MPT, votos a favor do PS, PSD, PNP e 6IND. O **ponto nº 3 da Proposta nº 617/CM/2015, foi aprovado por maioria.**-----

----- E vamos passar à **Recomendação Nº 2/87**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação Nº 2/87 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (O CDS-PP apresentou a seguinte **Declaração de Voto**):-----

## DRAFT

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a proposta em epígrafe, não obstante reconhecerem o mérito do trabalho desenvolvido pela EGEAC, com resultados amplamente positivos no domínio da atividade cultural.-

----- Porém, não podemos ignorar a duplicação de despesa, com um Pelouro de Cultura que tem ficado aquém do desejável, como por várias vezes manifestámos através de Recomendações e intervenções no Plenário. -----

----- O CDS-PP sempre denunciou a existência de duas estruturas culturais, sob o domínio da CML – o Pelouro da Cultura e a EGEAC – sem o correspondente benefício para a cidade pelo que, lamentavelmente, não podemos acompanhar o voto favorável deste contrato programa com a EGEAC.” -----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DO PONTO Nº 3 DA PROPOSTA Nº 618/CM/2015 – CONTRATO PROGRAMA COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO NÚMERO 3 DO ARTIGO 32º, E DOS Nº 1 E Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 618/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, e da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, fica anexado à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos perante uma proposta que trata da intervenção da SRU Ocidental, dentro e fora da área que lhe foi definida inicialmente. -----

----- Sempre estivemos contra as sociedades de reabilitação urbana, e eram três, duas das quais de fundos, há muito tempo. -----

----- Trata-se da atribuição de responsabilidades da câmara que são externalizadas para um instrumento que realiza obras que poderão ser acompanhadas em círculo reduzido, no interior da Câmara, mas que só vem ao conhecimento da vereação na globalidade, mais tarde. -----

----- Agora, a SRU Ocidental já vai no mude e no Martim Moniz. Ficarà tudo “ocidentalizado”, acrescentando assim, o esvaziamento da estrutura da Câmara funcionando ao arrepio da vida autárquica e democrática que defendemos e propomos. -----

----- Por isso, votaremos contra esta proposta. -----

----- Nós gostaríamos de ver a Câmara a fazer coisas bem-feitas, mas não é isso que acontece. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- A Mesa não tem mais pedidos de palavra, pelo que vai colocar à votação a **Proposta nº 618/CM/2015**. Votos contra do PCP, BE e PEV, abstenções do PAN e

## DRAFT

do MPT, votos a favor do PS, CDS-PP, PNP e 6IND. A **Proposta n° 618/CM/2015** foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO 9 – APRECIACÃO DA ALÍNEA A) DA PROPOSTA N° 637/CM/2015 – AQUISIÇÃO DE AÇÕES DA VALORSUL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 53°, E DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 54°, DA LEI N° 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DO N° 1 DO ARTIGO 62° DO DECRETO-LEI N° 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4° DO MESMO DIPLOMA, BEM COMO DA ALÍNEA K), DO NÚMERO 2, DO ARTIGO 25° DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n° 637/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, e da 4ª Comissão, Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, fica anexado à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Não temos Deputados inscritos sobre esta proposta. -----

----- Vamos passar à votação da **alínea a)**, da **Proposta n° 637/CM/2015**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **alínea a)**, da **Proposta n° 637/CM/2015** foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO 10 – APRECIACÃO DA PROPOSTA N° 707/CM/2015 – COMPROMISSO PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO DO SOFTWARE ORACLE, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE 15.31.068.01 CELEBRADO PELA ESPAP, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6° DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL:GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n° 707/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Não temos Deputados inscritos sobre esta proposta. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n° 707/CM/2015**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta n° 707/CM/2015** foi aprovada por maioria. -----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos. -----

----- A Mesa informa que a nossa próxima sessão é no dia quinze de dezembro, nos Serviços Sociais, nas Olaias. Terão, naturalmente, também, acesso ao estacionamento e teremos uma outra sessão no dia dezassete de dezembro. -----

## DRAFT

----- Na segunda-feira, dia catorze, teremos Conferência de Representantes. Até lá, Senhores Deputados, tenham um bom dia oito de dezembro e, se puderem, celebrem o Dia da Restauração.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e cinquenta e seis minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----